

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Salão Nobre de Melgaço

Sessão Ordinária n° 8
de 25 - 02 - 2023

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	1° Secretário	P
António José Gomes Nabeiro	2° Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P	David Manuel Barbeitos	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	P	Joaquim Silva	P
Vítor Jorge Castro Rodrigues	P	Agostinho Alves	P
Maria José Rodrigues Dias	P	Amado Dias	P
António Manuel Domingues	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	P	José da Ascensão Afonso	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	P	Alfredo Domingues	P
Bárbara Lima a)	P	Amadeu Esteves	P
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P	Ricardo Jorge Alves	P
Maria Aurora Soares Alves	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Paula Trancoso b)	P
Augusto Manuel de Oliveira Pinto	P		
Fernanda Catarina P. Pinto Barbosa	P		
Manuel António Almeida	P		
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P		
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues
- b) Substitui Manuel Fernando Teixeira Pereira



Quando eram dez horas, do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e três, deu-se início à sessão.

Após a verificação da presença dos deputados e presidentes de junta de freguesia, a Presidente da Assembleia, colocou a votação a ata da última reunião. **Foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima que não se encontrou presente nessa reunião.**

Assunto n.º1	Período de “Antes da Ordem do Dia”
--------------	------------------------------------

A Senhora Presidente da mesa abriu as inscrições para este ponto da ordem do dia. Inscreveram-se os deputados: José Albano Domingues, Aurora Soares, Bárbara Lima, Manuel Rodrigues e Maximiano José Gonçalves.

Iniciou a sua intervenção o senhor deputado José Albano Esteves Domingues, e no uso da palavra principiou por dirigir cumprimentos à Mesa da Assembleia e ao Executivo, aos vereadores e deputados, e ao público presente. Informou que a sua intervenção no período de antes da ordem do dia se prendia com a questão da habitação para arrendamento acessível projetada para a freguesia de Alvaredo, que se tem revelado uma questão verdadeiramente controvertida. Adiantou que o Programa de Arrendamento Acessível foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 68/2019, no âmbito de “uma Nova Geração de Políticas de Habitação”, que tem como principal objetivo garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado, bem como a melhoria das oportunidades de escolha habitacionais e das condições de mobilidade no território, entre os diversos regimes e formas de ocupação dos alojamentos. Afirmou que os deputados da sua bancada defendem, face às carências que o concelho de Melgaço atualmente regista a este nível, a necessidade da construção de mais habitação, sendo que o IHRU disponibiliza património para alargar a oferta de habitações a preços acessíveis, atribuindo-as mediante concurso por sorteio, mas que tal facto não pode significar dar ao Executivo uma carta-branca, para levar avante o projeto sem auscultação da população, desassociadamente dos interessados, e sem sindicância do modelo



escolhido. Referiu que os eleitos do PSD sempre haviam partido do princípio de que o projeto em causa havia merecido o acolhimento generalizado da população de Alvaredo, o que, pelo que entretanto se soube, mormente por via da reunião ocorrida na freguesia nesse mês de fevereiro (de 2023), na qual estiveram presentes largas dezenas de pessoas, não acontece, e que não obstante o senhor Presidente da Câmara poder dizer que há quem esteja a favor e quem esteja contra, poderá constatar, se quiser pedir uma avaliação independente, que 80 a 90% dos residentes ou proprietários em Alvaredo estão contra, pelo menos contra o modelo que atualmente está projetado. O senhor deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo que chegados aqui, e estando em crer que o protocolo entre o Município e o IHRU ainda se não encontra definitivamente aprovado, importa parar, refletir, ponderar, e só depois decidir, adiantando que a alternativa não reside apenas entre o construir e o não construir mas também entre os vários modelos e volumetrias de construção possíveis, e que para que se decida pela construção e se escolha o modelo mais adequado tem de se auscultar primeiramente a população, tem que haver discussão pública do projeto, e tem que se ouvir os maiores interessados no processo, que são os habitantes de Alvaredo. Afirmou, seguidamente, que os deputados da bancada do PSD prefeririam o espartilhar deste projeto por várias freguesias, e prefeririam, ainda, que tal distribuição geográfica permitisse fomentar a criação de dinâmicas no núcleo urbano do concelho, trazendo gente para a Vila, dando vida ao comércio, afirmando que Alvaredo fica, na verdade, a meio caminho de Monção, sabendo-se como muitos de nós, melgacenses, somos, muitas vezes, pouco bairristas. Mais referiu que mesmo que da implantação do projeto somente nos limites da freguesia de Alvaredo se tratasse, que há alternativas ao modelo proposto, que cinquenta e seis habitações no espaço de cerca de um hectare de terreno (10.000,00 m²), se se lhes retirarem os espaços de arruamentos e infraestruturas públicas, dá uma área pouco superior a 100,00 m² por cada habitação, o que se traduz num modelo de construção intensiva, que descaracteriza por completo a paisagem construtiva da freguesia, onde prepondera o povoamento disperso. Disse ter conhecimento de alguns dos argumentos ou receios que tem sido adiantados pela população, designadamente o facto de se poder vir a criar uma espécie de gueto ou bairro, onde possa proliferar a criminalidade, que atraia famílias social e economicamente desestruturadas, o facto de se descaracterizar o tipo de

povoamento existente, ou o facto de se estar a concentrar tudo numa freguesia, esquecendo as demais; mas que certamente a população de Alvaredo tem apresentado outros argumentos, e que gostariam que o senhor Presidente da Câmara desse nota, na Assembleia, de quais são esses outros motivos de contestação, os medos, os temores, e as objeções. Prosseguiu dizendo que não faz qualquer sentido estar-se a avançar com um modelo que é maioritariamente rejeitado pela população, que importa, a seu ver, diminuir o número ou a volumetria das construções, assim como criar espaços verdes, de lazer e de utilização coletiva, finalizando a sua intervenção deixando, em jeito de pergunta, uma sugestão: porque não, para compensar a diminuição dessa concentração de habitação num espaço físico tão reduzido, fazer ou fomentar acordos e protocolos com os proprietários de casas devolutas, degradadas, ou em ruínas, espalhadas pela freguesia, com os fundos disponíveis fazendo, custeando, ou apoiando financeiramente, a sua reabilitação e colocando-as depois para arrendamento acessível? E perguntou, ainda, se o caminho para a requalificação do parque habitacional no concelho, que o senhor Presidente da Câmara tem apresentado como uma aposta do executivo que lidera, não passaria também por aí?

Em seguida foi concedida a palavra à deputada Aurora Soares. Iniciou a sua intervenção cumprimentando toda a Assembleia e dizendo que todas as suas intervenções eram para fazer chegar ao conhecimento do executivo determinadas situações de que se vão apercebendo ou lhes chegam através da população, e apresentam sugestões para contribuir para o bem-estar da população e para um Melgaço melhor, que é o que todos pretendem. Por esse motivo, a senhora deputada mostrou-se satisfeita quando nota que determinadas situações apresentadas na Assembleia, foram resolvidas ou estariam prestes a ter resolução. Referiu ainda, que insistiu durante várias assembleias de freguesia e também duas vezes na Assembleia Municipal sobre a questão do lixo, e ficou feliz porque quando passa nas ruas vê que o lixo já não aparece amontoado nos contentores e ecopontos. Também falou, na Assembleia Municipal anterior, na questão das Carvalhoas, sobre os tubos de drenagem das águas pluviais, e pareceu-lhe que a situação está em vias de ser resolvida. Outra questão que colocou na última reunião da Assembleia Municipal, relativamente ao PDSS, foi que talvez não estivesse a chegar às pessoas o conhecimento das medidas que ele contempla e, ficou



satisfeita quando viu que essas medidas já estavam a ser dadas ao conhecimento do público, através das redes sociais.

Embora, por motivos pessoais, a senhora deputada não pôde estar presente nos desfiles de Carnaval, afirmou ser a favor de manter essas tradições. Questionou porque é que o segundo desfile é feito ao sábado e sugeriu que se alterasse para o domingo, visto que, segundo a senhora deputada, poderia trazer uma maior afluência de pessoas à Vila e que, apesar de ter havido uma pequena tenda para animação noturna, deveria ter sido mais divulgada pois pode não ter chegado ao conhecimento das pessoas. Também se congratulou pelo facto de ter sido notícia que Melgaço ocupava o primeiro lugar no Top 5 de Destinos de Sucesso de 2023, o que também implicará, por parte do município, uma responsabilidade acrescida, em que essa situação tenha continuidade, devendo por isso ponderar todas as decisões a tomar e o impacto que terão nas populações do concelho e nos visitantes. Tal como já referira o deputado José Albano Domingues, a deputada referiu que deveria haver um estudo dos prós e dos contras de cada decisão a tomar. Como é o caso da atitude que o município teve perante o abate desmesurado de árvores no trajeto Melgaço-Lamas de Mouro, para o transporte de componentes de aerogeradores para o Parque Eólico de Lamas de Mouro. A senhora deputada questionou se de facto teria sido necessário o corte de tantas árvores, um atentado à natureza, uma espécie de crime ambiental, pois quando se passa por lá vê-se aquela paisagem completamente descaracterizada. Embora possam fazer a reflorestação, seriam necessários muitos anos para as árvores ficarem como estavam as que cortaram, algumas delas centenárias. Isto provocou revolta e tristeza até por parte de alguma população. O que é que o Município fez, para evitar esse cenário desolador? questionou a deputada. Deveriam, se não o fizeram, ter reunido previamente com a empresa Ventominho, definir quais as árvores que seria necessário abolir ou aquelas que poderiam ser mantidas, de forma a evitar cortes desnecessários, com o devido acompanhamento e fiscalização desses trabalhos. Para um município que se diz amigo da natureza, entendeu que poderia ter sido feito mais para salvar essas árvores. Teve conhecimento, também, de que teriam cortado árvores em propriedade privada, e deveria ter sido dado conhecimento aos proprietários para que não tivessem sido surpreendidos, por falta de aviso, nem sabendo qual foi o destino dado a essas lenhas e se terá sido dada alguma indemnização aos



proprietários lesados. Além do património histórico e cultural trata-se de preservar a beleza das paisagens que tanto nos define, e que faz com que as pessoas se interessem por visitar Melgaço. Para terminar a senhora deputada referiu que, esperam que no futuro, essas decisões sejam mais ponderadas.

A Presidente da mesa, deu a palavra à deputada Bárbara Lima que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Referiu que no dia sete do mês de fevereiro, tiveram a honra de contar com a presença da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes e com a presença do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Correia, na cerimónia de inauguração da reabilitação das piscinas municipais. Essa requalificação, complexa e exigente, é a primeira grande intervenção desde a abertura das piscinas municipais, em 1994. Parabenizou o executivo camarário por mostrar que está ciente da importância que a prática desportiva assume para garantir a qualidade de vida dos cidadãos ao proporcionar aos munícipes e visitantes, equipamentos e infraestruturas para o efeito. Melgaço conta agora com um espaço renovado, e que vem reforçar a qualidade da oferta desportiva salvaguardando a eficiência energética.

Terminada a intervenção da deputada Bárbara Lima, foi concedida a palavra ao deputado Manuel Rodrigues, que, após cumprimentar os presentes, falou também sobre as piscinas municipais. Referiu que, depois de três anos fechadas, foram requalificadas, e bem, no entanto, e falando de uma despesa de mais de dois milhões de euros, questionou o senhor Presidente da Câmara, se não haveria mais cinquenta ou cem mil euros, para mudar o piso envolvente ao tanque. O piso não é antiderrapante, e, portanto, há risco de quedas. Aquando da inauguração, o senhor Presidente referiu que as empresas prestaram um trabalho de excelência no município. Segundo o senhor deputado Manuel Rodrigues, não foi um trabalho de excelência, até porque quando foi o enchimento do tanque, as telas cederam e tiveram que ser substituídas. Questionou se, no futuro, haveria garantias de que essas telas não necessitariam de ser substituídas e se a empresa, teria, uma garantia bancária para executar, no caso de as coisas não correrem bem. São pormenores, assim como os pormenores de acabamento, que, segundo o deputado, também deveriam ter sido fiscalizados. A título de exemplo, os balneários não têm



suportes para pendurar as toalhas, e também não há secadores, no balneário feminino.

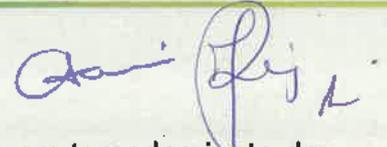
Outro assunto abordado pelo senhor deputado Manuel Rodrigues, foi sobre a empresa Cura-Aquae. Segundo o deputado, o senhor Presidente da Câmara disse, há seis meses, que haveria um problema financeiro. Passado este tempo, o senhor deputado, questionou o senhor Presidente se já tinha algum plano de reestruturação financeira da empresa, porque, será necessário pagar aos fornecedores.

Em seguida, interveio o deputado Maximiano Gonçalves. Cumprimentou todos os presentes na Assembleia. Começou com um assunto da última reunião da Assembleia Municipal, e que ficou por referir, que, aquando da discussão do orçamento para 2023, todos os presidentes de junta foram consultados e participaram em várias reuniões com o senhor presidente e os senhores vereadores, onde expuseram os anseios das populações, das freguesias, colocando sempre isso à frente de qualquer interesse. Todos os 13 presidentes de junta sabem que a autarquia faz obras e investimentos, que são do interesse geral, e do interesse das freguesias, sem por de lado esses investimentos e essas preocupações, sabem o que é melhor e importante para o concelho. Por isso, aprovaram esse orçamento na altura, e fizeram também, chegar ao Senhor Presidente que concordavam. Disse também que sabem que os euros não esticam, pois se assim fosse, conseguiriam fazer o que queriam nas suas freguesias, mas concordaram com o orçamento. Não tendo oportunidade de fazer esse testemunho na última reunião, o senhor deputado deixou aqui esta intervenção em seu nome e dos restantes presidentes de junta de freguesia.

Deixou também dois assuntos para o Presidente da Câmara explicar, se assim o entendesse: sobre a participação, na Alemanha, de uma exposição sobre o Museu de Cinema de Melgaço, através de material do espólio do Jean Loup Passek, intitulada "Cinema Alemão – um Grito". Contou com cartazes, fotografias, postais da coleção existente no museu do Cinema. Falou sobre a importância desta participação do museu do cinema, e em várias participações ao longo dos anos, em diversas exposições e diversos países e, também, na repercussão que vai tendo o festival do Cinema que anualmente se realiza. Nesta exposição estiveram presentes cineastas, gente importante do audiovisual português, e pediu ao senhor Presidente,

que esteve presente, que falasse deste evento e da sua repercussão. O outro assunto, foi referente a uma nota publicada pelo Município, dando conta de que Melgaço obteve o 1.º lugar na lista de municípios portugueses com maior sucesso turístico em Portugal. Uma distinção que resulta de um estudo do IPDT, que teve por base um conjunto de diversas variáveis de âmbito social, económico e ambiental. Uma distinção que vai de encontro ao trabalho que se vem realizando no município ao longo do tempo, na área de turismo, mas não só, já que nesse estudo foram analisadas e equacionadas outras vertentes, com os seguintes indicadores: intensidade e densidade turística, dormidas e refeições; a taxa de sazonalidade; o rendimento médio por quarto ou alojamento turístico; a estadia média no alojamento turístico; o valor acrescentado bruto, por trabalhador, alojamento, restauração e similares. Também abordam outros temas: resíduos urbanos recolhidos por habitante; potencial ecológico, massas de água com bom estado; água distribuída por habitante; saneamento por habitante; emissões de CO₂ por habitante; consumo doméstico de energia; áreas classificadas do município; taxa de desemprego; violência doméstica; crimes totais; certificações do município atribuídas por entidades devidamente certificadas. Uma vasta lista de rúbricas, que orgulha o município, mas também trará maior responsabilidade na construção de um desenvolvimento sustentável turístico, e também, nas vertentes ambiental, económica, social e cultural.

Iniciou a sua intervenção, cumprimentando a Assembleia, o Deputado Manuel Luís Gonçalves, referindo-se à primeira intervenção do período antes da ordem do dia, feita pelo Deputado José Albano Domingues, quanto à questão da habitação e zona Empresarial de Alvaredo. Se bem entendeu, o âmbito da intervenção do representante do PSD, não tem a ver propriamente com o projeto em si, mas com algumas questões que se poderiam designar de questões acessórias, começando pela questão da auscultação prévia, se foi feita ou não, de onde se irá implementar essa habitação. O Senhor Deputado referiu que desconhecia os contornos e a fase em que o processo se encontrava, naturalmente o senhor Presidente da Câmara e, eventualmente, o senhor Presidente da Junta, presentes na reunião, poderiam prestar mais esclarecimentos nesse âmbito. Julgava saber que estão numa fase preliminar do investimento e do protocolo de negociação com o IRHU e, portanto, o Senhor Presidente, quanto à questão da auscultação prévia, poderia elucidar melhor



o que foi feito, o que está previsto fazer e que diligências já foram tomadas junto da população de Alvaredo. Pelo que sabe, foi realizada há algumas semanas uma reunião no próprio local, para auscultar ou se falar com a população local sobre esse aspeto. "Não se pode querer sol na eira e chuva no naval. Passam a vida a queixar – se que é preciso gente no concelho, dinamizar a economia local, e a vida das pessoas, mas logo ao virar da esquina, queixam-se e querem empurrar este tipo de soluções para os vizinhos", referiu o senhor deputado. Quando se fala em concelhos vizinhos, o deputado questionou se, essas mesmas medidas, nos concelhos ao lado, teriam esta discussão que está a ter, ou se teriam essa oposição. Questionou também, se fosse habitação privada e não uma habitação promovida pela Câmara, se essa discussão estaria a existir. O efeito seria provavelmente o mesmo ou pior, porque seria menos regulamentado em termos de habitação privada. Naturalmente que poderá criar uma discussão social, porque qualquer ajustamento de aglomerados urbanos cria sempre alguma discussão social. E com discussão não queria dizer que fosse necessariamente negativa. Ouve-se falar no risco da criminalidade, inclusivamente ouviram alguns discursos xenófobos quanto há possibilidade do que poderia acontecer naquele local. Como é que é possível, num concelho como Melgaço, com uma franja enormíssima de emigrantes, que se deslocaram, que foram bem acolhidos, que sempre se souberam integrar, se utilizarem esse tipo de discurso, observou o senhor deputado. Não se está a falar da criação de um bairro social, nem de barracas não licenciadas como se vê na periferia de alguns municípios. Estão a falar de um protocolo, destinado a criar melhores condições habitacionais, com renda acessível, para os jovens e para a classe média, para as pessoas e para quem se quer fixar em Melgaço. Quanto à localização, o senhor deputado referiu que se fosse ele o Presidente da Junta, estaria indignado por isso estar a acontecer noutra junta que não na sua. Teria todo o interesse em captar o máximo de população possível para o seu concelho. A promoção da habitação é benéfica a todos os níveis, desde logo, na fixação da população que é aquilo que nunca se cansam de referir. A disponibilidade da habitação de qualidade é um fator determinante para a fixação de população no concelho. Com a promoção da habitação é possível atrair novos residentes, fixar os residentes já existentes e contribuir para o desenvolvimento e revitalização da economia local. Dinamiza também a economia. É em Alvaredo que está a ser criada

uma grande e inovadora Zona Empresarial para o concelho. E, a construção e a revitalização de habitações inclui um forte investimento económico, gera oportunidades de negócio para as empresas locais e mesmo para os trabalhadores do próprio concelho. Por isso, a promoção da habitação poderá contribuir para dinamizar a economia local e gerar emprego. Não se pode construir uma Zona Empresarial, e ao mesmo tempo, deslocar núcleos habitacionais fora, ou longe, dessa Zona Empresarial, porque além do mais, existem questões de infraestruturas e de transportes que teriam de ser equacionadas. Fundamentalmente, a criação de habitação, promove a melhoria das condições de vida. Habitações de qualidade e a preços acessíveis, contribuem para a satisfação das necessidades básicas dos residentes e a criação de um ambiente de bem-estar. É evidente que todas as políticas que sejam desenvolvidas pela câmara municipal, tem que ouvir os residentes, em particular, os de Alvaredo. Pensa o Deputado que é isso que está a acontecer, o processo está numa fase que permite, ainda, ouvir e fazer os ajustamentos necessários. Quer acreditar que no fim do dia, o povo de Melgaço e as gentes de Alvaredo irão agradecer esse investimento.

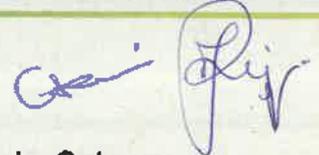
A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao deputado Vítor Cardadeiro. Após cumprimentar a mesa e toda a Assembleia, iniciou a sua intervenção abordando vários assuntos. Um deles foi a Festa do Alvarinho, que brevemente irá decorrer. Segundo o Senhor Deputado, a última festa foi até um ato de coragem, implementada depois do COVID-19, principalmente para os produtores de fumeiro. Evidentemente que não conseguiram quantidade nem qualidade que normalmente têm, pois, a notícia do evento não aconteceu com tempo suficiente para se prepararem. De qualquer forma, e porque isso deve espicaçar e fazer repensar cada vez melhor a festa, referiu que foi o primeiro ano que o negócio correu melhor em Monção do que em Melgaço, no que respeita aos produtores de vinho. A inscrição no concelho vizinho foi mais barata, e salientou também que os agentes económicos lá, foram convidados para duas refeições, almoço e jantar. Este aparte foi só para que Melgaço tenha em atenção e faça algo para que a Festa continue a ser um exemplo na promoção do alvarinho e dos produtos locais. Outro assunto que abordou foi a apresentação do curso superior em Monção. O senhor deputado também esteve presente na altura que esse assunto foi falado numa Assembleia Municipal. O Presidente da Câmara até se incomodou na altura, na



discussão do assunto. É um facto que Melgaço também esteve presente, quando foi anunciado pelo IPVC, que estavam no quarto semestre de leccionamento, com estágios com os agentes económicos. O Senhor Deputado crê que o Senhor Presidente da Câmara esteja a fazer tudo para que Melgaço possa contribuir com mais presença no referido curso.

Na última sessão o Senhor Presidente disse que as Termas do Peso têm todas as valências a funcionar, e só seria necessário o hotel ficar pronto. Foi uma afirmação que entristeceu o Senhor Deputado, depois de quatro anos de vereação, o Senhor Presidente sabe que está muito longe disso. O Hotel irá precisar que as Termas façam mais, e vai precisar que a área do Peso seja finalizada. É muito importante que o Peso avance, para avançarem as Termas e para o sucesso do Hotel. Ainda sobre as Termas, o Senhor Deputado leu um artigo na Revista de Vinhos do mês de abril, e achou curioso que numa rubrica sobre vinhos e turismo com o título "O poder da água", Melgaço e as suas termas não sejam referidos. Uma revista em que os conteúdos são produzidos por um parceiro do Município há muitos anos e que não refere o nome das Termas de Melgaço, quando, mais do que ninguém, Melgaço tem todas as condições e requisitos para integrar esse artigo, juntamente com outras termas mencionadas na revista. Enfim, Melgaço tinha que estar nesse artigo, e, se não está, alguém tem a culpa. De facto, falta fazer esse trabalho para seja conhecida essa apetência natural, não só até pelo turismo termal e gastronómico associado ao vinho, como inclusivamente, segundo o Deputado, deveriam ter a visão de que Melgaço deveria ser uma referência no turismo de saúde a nível nacional e internacional.

Outro assunto que o senhor deputado abordou, foi o da Euro Cidade. Foi com alguma surpresa, que na Montanha, em Castro Laboreiro, em conversa com o Alcaide de Entrimo e a Alcaldesa de Lóbios, se apercebeu que desconheciam completamente o referido projeto em que Melgaço estava envolvido. Provavelmente Castro Laboreiro e os Castrejos foram os que mais vivências tiveram com os vizinhos galegos e entristece-o porque a montanha merecia que se fizesse alguma coisa para tentar incluir esses municípios vizinhos da montanha de Castro Laboreiro nesse projeto.



A questão da Zona Empresarial, já foi referida nesta Assembleia. Sabe-se que já alteraram o projeto, fala-se muito de que já haveria empresas firmes e decididas a investir. O Senhor Deputado pediu ao senhor Presidente da Câmara que lhes falasse dessas mesmas empresas, que lhes dissesse quais são, e que deveria haver mais transparência relativamente a esses investidores.

Relativamente a uma notícia do Jornal Expresso, num artigo sobre o turismo e a Rota do Alvarinho escrito pelo jornalista A.M. Fonseca, o Senhor Deputado entendeu que lhe deviam fazer chegar um esclarecimento, informação cultural, sobre a lenda da Inês Negra, pois o referido jornalista escreveu que no âmbito do seguimento sobre a QM e Soalheiro, terminou dizendo que perguntassem pela lenda da Deu-la-Deu, quando a heroína melgacense é a Inês Negra.

Pedi novamente a palavra o Deputado José Albano Domingues para, aludindo à intervenção do líder da bancada do PS, deputado Manuel Luís, dizer que este último principiou por afirmar que não estava dentro do assunto quando depois, pelo que referiu, já sabia de tudo e mais alguma coisa do projeto de construção para arrendamento acessível em Alvaredo, e que independentemente de entender a Mesa dar-lhe a palavra, não se tendo o mesmo inscrito de início, como os demais, já não se entendia como regimentalmente admissível que aquele senhor deputado pudesse pedir a palavra para, na sua intervenção, vir discorrer e comentar o teor das intervenções de outros deputados na Assembleia. O deputado José Albano disse que tal constituiria, em última análise, uma espécie de "usurpação" das funções cometidas ao Presidente da Câmara na Assembleia, a quem cabe responder às intervenções dos deputados municipais e prestar os esclarecimentos que julgue necessários. Acrescentou, ainda, o Deputado José Albano que o seu colega deputado, da bancada do PS, proferiu palavras que em nada tem a ver com a intervenção por si feita anteriormente, concretamente por nunca na sua intervenção se ter tido um discurso xenófobo, até porque nunca alusão havia sido feita a emigrantes ou a quem iria ocupar as habitações projetadas para Alvaredo, não comungando os deputados da bancada do PSD desse tipo de postura, e não estando o partido do Chega representado na Assembleia, e citando, por outro lado, as palavras do deputado Manuel Luís, quando este referiu, aludido ao projeto da construção em Alvaredo, que importa não "empurrar este tipo de medidas para os



nossos vizinhos”, encerrando o termo “empurrar” uma conotação marcadamente negativa, o que apenas pode significar que também o líder da bancada do PS vê o modelo projetado como algo não desejável.

A Presidente da Mesa respondeu ao senhor deputado José Albano Domingues, dizendo que acha “piada” quando há um deputado do PS que pede para intervir fora da inscrição inicial, quando o mesmo também já tinha acontecido com deputados do PSD, como foi por exemplo, o caso concreto do deputado Pedro Silva que pediu a palavra fora do período de inscrição inicial, numa reunião de Assembleia Municipal, no pavilhão da Escola de Melgaço, na altura da COVID – 19, e a Presidente da mesa autorizou e ninguém reclamou. Portanto, entendeu que tinha o mesmo direito de fazer o mesmo com qualquer elemento da Assembleia, porque haveria tempo para discutir todos os assuntos e esclarecer-se todas as dúvidas, presidindo os trabalhos com total imparcialidade.

O senhor deputado José Albano Domingues referiu que, no seguimento das palavras da senhora Presidente da Mesa da Assembleia, lembrando que o uso da palavra pelo deputado Manuel Luís mais não era do que o que numa outra Assembleia, que tivera lugar no pavilhão gimnodesportivo da Escola EB 2,3/S de Melgaço, havia acontecido com relação ao deputado Pedro Silva, antecedente que a senhora Presidente da Mesa referiu que havia guardado propositadamente para esta ocasião, pediu o deputado José Albano Domingues a palavra para dizer que a sua chamada de atenção não se prendera com o facto de ter sido dada a palavra ao deputado líder da bancada do PS, com o que de todo não discordava, mas antes com o teor da intervenção dele, por se ter permitido que tecesse comentários sobre a intervenção anteriormente feita pelo líder da bancada do PSD.

A Presidente da Mesa deu o uso da palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves, que agradeceu o esclarecimento, que segundo a sua opinião traduz “ipsis verbis” aquilo que também iria dizer. Referiu que não foi pedida a palavra para nenhuma intervenção, mas para uma resposta a uma intervenção que foi feita, coisa que, se se ouvirem as gravações, ou olharem para as últimas atas, provavelmente não deve ter havido uma única assembleia em que os senhores deputados do PSD não tenham precisamente elegido esse direito, legítimo, aliás. Se, o princípio que o senhor deputado José Albano Domingues, acabara de referir, for para aplicar à letra,

da parte do PS, não têm nenhuma oposição a fazer, e ver-se-á qual das duas bancadas terá mais a perder, com essa utilização.

A Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram colocadas.

O senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes. Começou pela primeira questão, colocada pelo deputado José Albano Domingues, que acaba por ser a questão mais relevante do período de antes da ordem do dia, que foi a questão da habitação. É necessário ter ideias claras sobre aquilo que se pretende para o território, do ponto de vista do desenvolvimento. Há anos que se reclama uma capacidade de integrar novas metas de desenvolvimento, novas dinâmicas económicas com uma outra perspetiva para o território. Temos de ser capazes de ser audazes. Foi desenhada uma zona empresarial em 2017, num espaço que teria ficado definido realizar no PDM de 2013 e foram audazes a ponto de desenhar essa zona Empresarial para poderem ambicionar um território com outra economia e com outra capacidade. Auscultaram a população e foram buscar o financiamento necessário para essa intervenção. Estão a construir essa primeira fase da Zona Industrial. Fizeram mais, e já em 2021 foram suficientemente ousados e candidataram-se a um financiamento do PRR, para Zonas Empresariais Nova Geração. O município conseguiu um financiamento de 13 milhões de euros que, no Norte, apenas dois outros municípios conseguiram: Vila Real e Chaves. Posicionaram-se, a nível nacional, como um dos dez municípios capazes de ir buscar esse financiamento. Financiamento esse que esta em fase de concurso público e que vai tornar Melgaço no município com maior capacidade de produção de energia verde do Alto Minho. Será o primeiro município do Alto Minho, com capacidade de produção de hidrogénio verde. O júri presente neste processo é especializado da Faculdade de Engenharia do Porto, e ficou espantado com a ousadia, a dimensão e a capacidade que o projeto trará ao município. É essa a ambição que terá que ser trazida para o território. Não trará resultados imediatos. Trará os resultados com a implantação de empresas, com a criação de riqueza, trará resultados nos próximos anos e décadas. A acompanhar este trabalho, terão que ser ousados noutras áreas, como é a questão da habitação. Caso contrário, não haverá condições para captar, fixar e renovar social e demograficamente o território. E é



isso que está a ser feito. Com o PRR temos de ser capazes de construir habitação. Trata-se de um projeto de qualidade, num terreno que já está sinalizado, com promessa de compra a venda, pela autarquia, de cerca de 1 hectare, para onde os serviços estão a desenhar um loteamento, que terá em consideração um conjunto de exigências importantes para uma construção de zonas verdes e zonas que possam ser utilizadas para fins sociais e comerciais. Tudo isso tem que ser acautelado e está a ser feito com o desenho do projeto. Um projeto de qualidade, que será, e a filosofia do financiamento do PRR nesta área é clara, para arrendar. É esse o desafio. Diferente daquele que também foi polémico, há uns anos atrás, que foi construído para vender. O projeto desenhado e implementado na Vila, no antigo campo de futebol. Também nessa altura começaram a surgir as dúvidas, os receios. Foi um projeto de sucesso, onde famílias jovens do território se conseguiram fixar. Houve famílias vindas de fora, e que vieram trabalhar para o município, e que se vieram fixar nessas habitações. Alguns já saíram, já venderam a sua habitação e foram para outros destinos. Foi um projeto vencedor, e agora temos um projeto vencedor que se quer para Alvaredo. Há uns tempos que este projeto tem vindo a ser conversado com o Senhor Presidente da Junta. Foi levado a uma conversa com um grupo de pessoas da freguesia, onde estavam presentes à volta de 30 pessoas. Nessa conversa percebeu-se de que havia um conjunto de pessoas, cerca de sete, que estavam altamente "envenenadas" em relação ao próprio projeto. O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que teve também oportunidade de ouvir um outro conjunto de pessoas da população, aquando da tomada de posse administrativa da segunda fase da Zona Empresarial, e ouviu vozes diferentes, que querem que o projeto avance, pois seria importante para o concelho e para Alvaredo. O compromisso aquando dessa reunião, foi o de que continuassem a conversar, e depois de falar com o Presidente da Junta e o seu executivo, agendaram uma próxima conversa para poderem afinar o projeto. Terão oportunidade de rever algumas questões, rever porventura o número de habitações, aliás foi dito que poderia conceber uma redução ligeira do número de habitações, e terão oportunidade de rever o projeto, para falar, de novo, com a população, agora com mais dados para apresentar. A verdade, é que nessa reunião em Alvaredo, a expressão e a forma como algumas pessoas se referiram a este projeto foi muito negativa. Quando as pessoas são capazes de dizer: "não queremos cá esses, não

queremos cá essa gente, que são os emigrantes, não queremos cá essa gente porque são ciganos” Utilizar esta terminologia, esta argumentação, abordar um projeto dessa dimensão e dessa qualidade a partir desses pressupostos, chamá-lhe-ia populismo. Não será com esse tipo de abordagens que se faz futuro no território. É com ousadia, é com capacidade de pensar as coisas e de as implementar que se consegue a mudança. A autarquia, o município, o território, não estão em condições de recusar uma oportunidade como essa. Seria um erro crasso. Discutirão com quem de direito, primeiro com o executivo e depois, mais afincadamente com a população. Também se falou aqui, e o deputado José Albano Domingues também referiu, a possibilidade de se pegar em casas devolutas para serem recuperadas, e serem colocadas para arrendamento. No entanto, o projeto, o financiamento, não permitia essa abordagem. Felizmente, e como o senhor Presidente da Junta tinha dado nota disso, recentemente houve a oportunidade de visitar com investidores Castro Laboreiro. A procura de casas no território aumenta e são muitas aquelas casas que são compradas para serem recuperadas para segunda habitação, para habitação própria e para projetos de turismo. Segundo dados dos investidores, venderam no último mês, nos lugares de Castro Laboreiro, vinte e cinco casas. E teriam mais cerca de cinquenta casas angariadas para venda, em diversos lugares dessa freguesia. Esse trabalho estaria a acontecer, também, com os privados e é desejável que os empreiteiros voltem a fazer construção no território, fora e dentro da Vila. Estamos a falar de um projeto importante, do ponto de vista da captação e do dinamismo social na freguesia de Alvaredo, mas também em todo o território. É com gente presente no território que se cria maior dinamismo, é com gente que há mais circulação, que há mais comércio a funcionar. E, relativamente ao comércio, boas notícias estarão a acontecer, relativamente ao comércio a retalho, e com certeza, brevemente serão reveladas. Haverá assim, um processo a acontecer, alguma mudança com vista à melhoria da economia e da demografia.

A Deputada Aurora Soares falou de uma série de coisas que já teriam sido visitadas depois da sua intervenção. A autarquia está sempre disponível e disposta, a resolver os problemas da população, e é com todo o agrado que ouvem as intervenções e achegas da Senhora Deputada. Mas, relativamente à questão do lixo, o município há muitos anos que se pauta por essa capacidade de ser um município



limpo, embora às vezes não fossem os serviços a falhar, mas sim a falta de civismo de algumas pessoas. Havia pessoas, em determinadas zonas do município, que despejavam colchões em qualquer local, quando há o serviço municipal para efetuar a recolha, basta telefonar para os serviços e colocarem os monstros na berma da estrada, ou próximo dos caixotes do lixo. A limpeza urbana é uma importante marca para o município.

Todas as coisas que abordou a Senhora Deputada, estão resolvidas. A questão do PDSS, a Senhora Deputada, disse que a divulgação das medidas se devia a sua intervenção. Mas, a verdade, é que todos os anos se faz e não foi propriamente resultante da sua intervenção. Todos os anos se procura fazer uma atualização da informação relacionada com o PDSS, porque entendem que é importante consultar, e fazer chegar à população os apoios, quer através das redês sociais, quer em papel, pois nem toda a população é digitalmente habilitada.

Sobre o curso de Carnaval, o Presidente da Câmara deu nota de que o Carnaval, do seu ponto de vista, correu bem. O trabalho com os séniores, na quinta feira à tarde, no Centro Escolar de Pomares, foi extraordinário. Parabenizou o CLDS, o Projeto Atividade e seus técnicos, pelo trabalho desenvolvido e por ter havido uma adesão tão grande. O desfile da escola também teve muita qualidade. Sobre o desfile da Vila, no sábado à tarde, discutiu-se se deveria ser no sábado ou no domingo. Insistiu-se no sábado, porque também foi necessário afinar a agenda do desfile, com outras atividades que foram feitas em Espanha e também no território. Por exemplo, o grupo dos Farrangalheiros, que esteve no desfile de sábado na Vila, também esteve presente em Castro Laboreiro, no domingo. A animação noturna correu muito bem. A partir de determinado momento da noite, a tenda esteve cheia e esteve composta até ao final da noite. O Carnaval aconteceu com qualidade e com vantagens para todos. Não só com o Carnaval, mas com um conjunto de atividades que aconteceram nesse fim de semana foi, do ponto de vista de procura turística, absolutamente extraordinário. Não houve um lugar vago onde as pessoas pudessem dormir. Também decorreu uma outra atividade: a experiência gastronómica do Chef João Rodrigues. Este Chef está a percorrer algumas terras do país, cozinhando menus focados na região e nos seus produtos e escolheu Melgaço para a realizar uma ementa focada na lampreia. Depois de Trás-os-Montes, o chef estreou-se no

Alto Minho, mais concretamente, nas Termas de Melgaço. A seguinte será no Douro. Um dos casais presente nesse jantar, que decorreu na Fonte das Termas, teve que se deslocar de táxi para Riba de Mouro, por já não haver alojamento em Melgaço. A Senhora Deputada falou no prémio de turismo. Foi um momento interessante, do ponto de vista do Município, serem, este ano, premiados na conferência internacional de Turismo que o IPDT levou a cabo e que teve, no encerramento, a presença do Senhor Secretário de Estado do Turismo. Foi gratificante, o município ter tido este destaque, e perante os dezassete critérios que o deputado Maximiano Gonçalves referiu anteriormente, ficar destacadamente em primeiro lugar. Traz responsabilidades, mas isso já está assumido, pois o município foi capaz de fazer uma estratégia para o turismo, de comunicar convenientemente os produtos do território. Estão também a fazer a revalidação do selo de prata da sustentabilidade, que o ano passado conseguimos alcançar, pois temos sido capazes de introduzir práticas de sustentabilidade nos serviços, mas também colaborar para que outros atores sejam capazes de práticas de maior sustentabilidade. É um desafio em permanência, e um caminho que deve continuar a ser construído, porque deixará uma marca positiva e capacidade de mais procura na parte turística.

A questão das árvores e do seu abate que a Deputada Aurora Soares referiu, foi um processo acompanhado desde o início. Foi-lhes apresentado um projeto de intervenção necessária ao longo do percurso para que pudessem passar as componentes das eólicas e, sobretudo, as pás das ventoinhas. Claro que também gostariam que uma ou outra árvore não tivesse sido abatida; mas foi necessário fazê-lo. Estão agora no momento de exigir a compensação que está assumida por parte da empresa, que passa pela colocação de rails, onde ficou claro que há menos segurança, pela plantação de árvores em zonas onde houve abate, e um conjunto de outras ações necessárias para que o projeto fique devidamente acautelado tal como estava antes dessa intervenção. Está-se a falar de crescimento energético, na área de energia limpa. É importante fazer este trabalho sem descurar aquilo que é fundamental. Têm a oportunidade, agora, de repor e de cuidar a paisagem. Aliás, esse é um trabalho que já está a ser feito de forma estruturada, estando neste momento a ser desafiado alguém que, no país, é uma das pessoas mais importantes na área do desenho de planos de paisagem, para que esteja nos próximos anos a ajudar o município nesse sentido.



A Deputada Bárbara Lima, falou das piscinas municipais e da intervenção lá realizada. O projeto nasceu em 2016, os últimos 2 anos foi posto em cima do terreno. Um projeto que permitiu requalificar integralmente as piscinas. Do ponto de vista arquitetónico, muito bem desenhado e implementado. Requalificaram toda a componente tecnológica, que não se vê, e portanto, quando se fala de 2,7 milhões, tem que se perceber onde está esse dinheiro. A capacitação tecnológica foi caríssima, mas extraordinária. A capacitação de todo os espaços: balneários, escritórios, gabinetes, o auditório e o espaço onde já aconteceu o restaurante e um bar, está limpo e pronto para que algum projeto privado ali possa arrancar. Algumas opções foram tomadas, do ponto de vista do projeto, uma delas foi a de não se mudar o chão, porque acharam que tinha condições para o manter e não seria necessário fazer esse acréscimo na despesa. Procuraram colocar fitas nos sítios onde poderia haver algum risco de as pessoas escorregarem, portanto, a questão da segurança foi devidamente acautelada. Neste momento há mais de 450 pessoas inscritas nas piscinas, desde crianças até aos séniores, com 62 turmas constituídas. A Melsport, já referiu que, no próximo ano, será necessário alargar horários para dar resposta a tanta procura. Há, neste momento, eficiência energética, na iluminação, e no consumo da água e tecnologicamente bem feitas.

O deputado Manuel Rodrigues questionou se as coisas teriam ficado mal feitas. Houve diferentes empresas a trabalhar nas piscinas em cada um dos três lotes. Claro que nem sempre as coisas correm perfeitamente. No caso, as coisas não ocorreram como referiu, a tela não cedeu. O que aconteceu é que a tela foi colocada e depois quando colocados componentes físicos que tem que estar ligados à tela, um componente ou dois, não ficaram bem colocados e o empreiteiro achou por bem que o melhor seria retirar a tela toda e colocar uma tela nova. O Deputado Manuel Rodrigues, colocou também a questão de que se nos balneários estariam acauteladas todas as necessidades. Foram necessárias algumas correções, logo no primeiro momento de funcionamento como espelhos, pontos de luz e secadores e cabides para as toalhas.

Sobre a questão da Cura-Aquae o Senhor Presidente referiu que é uma empresa público-privada, em que o prejuízo é sempre assumido pelo privado. O Presidente fez um louvor ao empresário à frente da referida empresa, porque ao

longo dos anos, tem sido capaz de assumir muito desse prejuízo pois as termas não têm sido capazes de gerar valor para reverter essa situação. Está em causa a intervenção do ponto de vista energético, a mais complexa a acontecer na piscina, e os gastos são elevadíssimos. Há neste momento um projeto de intervenção para que se baixem os custos com a energia. O Presidente da Câmara referiu que acredita que apenas com um hotel próximo e a trabalhar de forma ligada com as termas, o projeto terá condições de ser vencedor. O hotel está a desenvolver-se a bom ritmo, e o projeto terá condições para avançar no final deste ano, ou no início do próximo.

O Deputado Maximiano Gonçalves falou da questão das juntas de freguesia, e sobre isso o Presidente disse que procuram sempre, no princípio do trabalho do orçamento, ouvir os senhores presidentes de junta, e aquilo que são as suas ansiedades, os seus desejos para o território e discute-se com eles aquilo que são as possibilidades que a autarquia tem, para cada uma delas. Tiveram que fazer cortes, relativamente a 2022, mas também é notório o investimento que está a ser feito nas freguesias. Não passa ao olhar atento, um conjunto dos investimentos que está a ser feito: sedes de junta de freguesia, construção de casa mortuárias, intervenções em espaço público e intervenções em caminhos.

O Deputado Maximiano, perguntou também pela participação do Município no Festival de Berlim. Foi uma exposição escolhida a partir de Melgaço e montada em Berlim, por alguém que dá acessoria à Embaixada, e com um trabalho mais exaustivo da Madalena. Uma exposição bem montada, na zona do Centro Cultural que teve um enorme sucesso desde o início de janeiro, com muita visita num dos maiores Festivais da Europa. Foram recebidos pelo senhor Embaixador de Portugal em Berlim, o Presidente do Instituto e Cidadão Audiovisual, e homens e mulheres ligados à área do cinema português. Afirmaram Melgaço do ponto de vista cultural, ao mais alto nível com essas presenças, em semelhança ao ano anterior no Festival La Rochelle.

O Deputado Manuel Luís Gonçalves fez uma intervenção relacionada com a habitação que foca bem aquilo que deve ser a abordagem a esse tema e o Presidente não repetiu o que já referiu anteriormente.



O Deputado Vítor Cardadeiro, falou de um conjunto de temas e referiu a Festa do Alvarinho. Já o havia feito o ano passado aquando da avaliação da Festa. O senhor Presidente da Câmara lamentou a postura derrotista que aqui foi feita, e negativa para tudo o que diz respeito à festa. O Senhor Deputado, já na altura foi dizendo que a Festa do Alvarinho teve menos venda do que a Feira do Alvarinho de Monção, argumento que o Senhor Presidente se negou a aceitar porque considera impossível de acontecer. A visitação que a Festa do Alvarinho tem, de públicos de todo o lado do país, públicos que vêm de outros países e que vêm para provar e comprar vinhos. Estes garantem que façam grandes negócios do ponto de vista do vinho. Isto acontece no espaço da Festa e os produtores fazem-no nos seus próprios espaços. A venda de vinhos, é talvez superior fora da Festa do que no próprio recinto. Diferente é uma "wine party", onde se vende muito vinho, referiu o Senhor Presidente da Câmara. Não se pode ter complexo de inferioridade relativamente à Festa do Alvarinho e àquilo que se faz em Melgaço. Continua a ser a festa vínica, que apresenta o território, os produtos e os produtores. É frequentada por gente ligada à venda, à importação e exportação porque consideram um bom espaço para fazer negócios e conhecimentos. É para continuar a melhorar este ano, fazendo um upgrade para que se mantenha uma Festa atrativa e que continue a ser um ponto de referência, do ponto de vista vínico, no território. Quanto à questão do fumeiro, é verdade que houve dificuldades pela falta de produtos. Durante os dois anos de pandemia a produção do fumeiro reduziu, porque o consumo reduziu. Este ano procuraram fazer um acompanhamento mais intensivo dos produtores, para que não falte fumeiro na Festa. Há produtores a inscreverem-se e a pedirem um espaço duplo, em vez do espaço simples, para venda. Anseia que a produção volte a colocar-se nos níveis anteriores e possa até crescer.

No que concerne ao curso superior, apresentado na Feira do Alvarinho, no ano passado, o Senhor Presidente indignou-se porque estão a considerar curso superior aquilo que não é. É um curso tecnológico e não um curso superior. Se o Senhor Deputado, Vítor Cardadeiro, estava interessado em saber mais sobre esse curso superior, o Senhor Presidente sugeriu-lhe que procurasse mais informação sobre a adesão e números de alunos que o frequentam.

Sobre a questão das termas, outro dos assuntos que foi mencionado, o Presidente disse, uma vez mais, que havia um posicionamento na área de turismo onde as termas estavam integradas, e onde se tinha conseguido fazer um caminho extraordinário. Pode-se fazer mais, mas são precisos mais atores na área do alojamento, hotelaria e da gastronomia. Mas já há uma oferta extraordinária no território, porque esse trabalho tem ido incentivado. Sobre o Plano de Pormenor do Peso que fez referência o senhor deputado, foi aprovado na Assembleia Municipal de dezembro, e está para publicação, juntamente com o PDM e com o Plano Pormenor das Carvalhiças.

Quanto à revista de vinhos que não refere Melgaço quando fala de termas, o Senhor Presidente considerou uma pena, mas esta revista tem sido um grande parceiro para Melgaço, pois tem comunicado o território como ninguém, assim como a revista brasileira da Essência. Na passada Festa do Alvarinho, o Presidente procurou que se fizesse uma abordagem diferenciada ao território, que foi agarrar nos nossos vinhos tintos. Tem sido Melgaço a puxar por isso, a pressionar aos mais vários níveis e a entrar em nichos e áreas que os outros não fazem. A revista tem sido importante na questão do trabalho e da promoção.

Sobre a Eurocidade, o Presidente esclareceu que estão a trabalhar com os municípios de Pontevedra. Melgaço faz fronteira com os municípios de Pontevedra e Orense. Não era possível fazerem uma Eurocidade que juntasse todos os municípios e as duas "deputaciones". Melgaço trabalha o conceito de Eurocidade com os municípios de Pontevedra, Arbo e Crescente e alargaram porque houve o interesse da Cañiza e das Neves em estarem também nessa estrutura. Relativamente aos municípios, da zona de Orense, que são cinco, não estão a trabalhar o conceito de Eurocidade, mas com um conceito bem mais estruturante com os municípios de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e Montalegre. Estão a trabalhar na construção de um AECT – Agrupamento Europeu de Trabalho novo na área do Minho. A CIM e a deputação de Orense estão a trabalhar para a criação de um AECT de Raia Seca, que tem como estrutura não o rio Minho, mas tem como coluna vertebral, o Parque Nacional da Peneda Gerês que, segundo as previsões, começará a funcionar no final do ano, de forma a que

possam começar a trabalhar colaborativamente com todos os municípios do lado de Orense. Foi um trabalho de vários anos que agora está a dar frutos.

Sobre a Zona empresarial e as empresas, está a ser terminada a obra, a ser terminado o regulamento, a discutir e a afinar com a CCDRR. Até abril o regulamento deve estar pronto e o loteamento da primeira fase registado. A partir desse momento será lançado o concurso para que as empresas se candidatem. Há neste momento empresas que manifestaram interesse e assumiram compromisso com o Senhor Presidente, mas, é cedo para revelar e até poderia ser ilegal até estar tudo devidamente acautelado. O Presidente informou que não haveria nenhuma falta de transparência relativamente a isso, e o processo deveria ser feito dentro de toda a legalidade.

Quanto à questão do jornal Expresso e da Rota do Alvarinho. Primeiro disse que era bom que falem da Rota do Alvarinho, que uma vez mais, o município de Melgaço leva às costas. O Presidente disse que tem pena da falta de informação jornalística confundindo Inês Negra com Deu-la-Deu e deixou a proposta de que sejam convidados a vir a Melgaço, e conheçam a realidade do território.

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra o presidente da Junta de Freguesia de Alvaredo, Diogo Castro. Cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção que teve a ver com o assunto da construção de habitações na sua freguesia. Disse que, como o Senhor Presidente da Câmara já havia dito, a junta de freguesia estava a acompanhar a situação, a reunir periodicamente com o executivo de forma a acompanhar esse processo. A primeira reunião com os habitantes, em Alvaredo, teve como intuito informar as pessoas do que iria ser realizado. Houve opiniões diferentes, o que pareceu normal ao Presidente da Junta. O que é certo é que a maioria das pessoas entendeu que seria um número excessivo de casas a serem construídas. Informou que brevemente seriam realizadas mais reuniões na freguesia, de forma a que toda a gente ficasse esclarecida e tivesse oportunidade de dar a sua opinião.

Terminada a intervenção, a senhora Presidente da Assembleia, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos.



Assunto n.º2	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal
---------------------	---

A senhora Presidente da Assembleia perguntou ao senhor Presidente da Câmara se pretendia acrescentar mais alguma informação para além do documento que foi enviado sobre este assunto. O Presidente da Câmara entendeu que não era necessário, pelo que a Presidente da Mesa passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Assunto n.º3	Eleição do representante da Assembleia Municipal de Melgaço na Assembleia Intermunicipal da AMVM – Associação de Municípios do Vale do Minho
---------------------	---

A senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para introduzir este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente da Câmara referiu que a Assembleia de Municípios do Vale do Minho, era uma associação antiga, que estava em processo de extinção. Para que pudessem, do ponto de vista formal, fazer essa mesma extinção, precisavam, novamente, de compor os órgãos para serem tomadas as decisões finais, sendo necessária essa representação.

Terminada a explicação do senhor Presidente da Câmara, a Presidente da Mesa perguntou se haveria alguma proposta dos grupos parlamentares de um elemento que represente este órgão, nessa Associação, tendo que ter eleição direta na Assembleia Municipal. Pediu a palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves, líder da bancada do Partido Socialista, que propôs o Deputado Vítor Jorge Castro Rodrigues. Não havendo mais nenhuma proposta, foi realizada a votação, por voto secreto, dessa proposta de lista única. Foi aprovada por maioria com 32 votos a favor e 2 abstenções.

Para ter efeitos imediatos e dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.



Assunto n.º4	Análise e deliberação da 1.ª alteração ao mapa de pessoal 2023
--------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto. O senhor Presidente da Câmara apenas referiu duas pequenas alterações. A primeira prendia – se com o facto de terem um motorista com baixa médica prolongada, e por esse motivo precisavam de recrutar alguém nessa área para fazer a substituição. Depois, apenas uma alteração de perfil que, no mapa de pessoal, estaria demasiado afunilado, e entenderam que se porventura fosse necessário o recrutamento de alguém nessa área, deveriam ter um perfil mais alargado do que estava anteriormente definido.

Neste ponto da ordem do dia o deputado José Albano Domingues afirmou ter lido com atenção a informação interna que subjaz ao assunto, e que a sua bancada não percebe o porquê de ter que se criar um novo lugar no quadro de pessoal, concretamente para a carreira de assistente operacional – motorista de transporte coletivo de passageiros - , quando o que está em causa é tão-somente a substituição de um profissional que por um motivo ou outro se encontra presentemente impossibilitado de prestar a sua força de trabalho, o que significa que o lugar já se encontra criado, e que apenas há que substituir a pessoa que atualmente o ocupa. Afirmou, depois, que tanto é como diz que o concreto contrato de trabalho que se propõe é a termo resolutivo incerto (previsto no artigo 57º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), o que significa que a pessoa que se vai contratar apenas irá desempenhar funções por tempo limitado, a prazo, ou seja, até que o trabalhador substituído regresse e reocupe o seu posto de trabalho. Relembrou que o que se está a fazer, para além de desnecessário, envolve um desperdício de meios, e conduz à seguinte conclusão, que deixou em jeito de pergunta: quando o trabalhador que vai ser substituído regressar ao trabalho, e o substituto terminar funções, ter-se-á, em função disso, de voltar a alterar o mapa de pessoal? Perguntou ainda: acaso alguém se encontre impedido de prestar a sua força de trabalho, de forma temporária ou transitória, seja por motivos de acidente ou de doença, por licença sem vencimento, por gravidez, ou por apoio à família, e tiver que se encontrar um substituto, em cada uma dessas situações terá que se alterar o mapa de pessoal? Terminou dizendo que tal entendimento não faz, de facto, o

mínimo sentido, que o Código do Trabalho se aplica subsidiariamente aos contratos de trabalhos de trabalhadores em funções públicas, e que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), no seu artigo 29º, nº 1, dispõe que “Os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução”, devendo atentar-se em que ao aí se falar de natureza “permanente ou temporária” se está a aludir a atividades (como, por exemplo, a execução de um projeto, por sua natureza transitório ou de prazo limitado) e não ao exercício, transitório ou temporário, de funções laborais, que é algo diametralmente oposto, sendo, eventualmente, pela errónea interpretação que do preceito citado se tenha feito que se está a votar algo desnecessário e não consentâneo com a lei.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder à questão colocada. O Presidente da Câmara referiu que na função pública, nesse caso, têm um quadro com quatro pessoas. A pessoa está doente, mas mantém-se no quadro. No entendimento dos serviços da autarquia, não poderão contratar a termo incerto para colocar no quadro no lugar daquela pessoa. Mantém-se o lugar do quadro e abrem um lugar de quadro para contratação a termo incerto. Quando a pessoa regressar, só é necessário fazer a alteração do mapa de pessoal, que pode ser de imediato, ou no próximo orçamento. Se a pessoa regressar e, se tiverem de extinguir o lugar do quadro a tempo incerto, poderão fazê-lo na altura do orçamento. Esse é o entendimento dos consultores da área jurídica.

Terminada a explicação do senhor Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções, do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º5	Análise e deliberação da proposta de Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço
--------------	--

A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Este referiu que, em dezembro, tinham assumido o compromisso de trazer à Assembleia o regulamento que faltava na área social, e relacionava-o com a habitação. Procedeu-se à sua elaboração e ficam, com a aprovação desse documento, com um conjunto de regulamentos em toda essa área social. Nele, estão integradas muitas das medidas que o PDSS contempla ficando agora regulamentadas. Acabando a sua explicação, o Presidente mostrou-se disponível para responder a qualquer dúvida que quisessem colocar.

Pediram a palavra os deputados José Albano Domingues e o deputado Manuel Luís Gonçalves.

Sendo-lhe concedida a palavra para intervir, o deputado José Albano Domingues começou por dizer que no seu entender se ficou, nesta matéria (dos apoios no domínio da habitação) muito aquém daquilo que seria necessário, expectável e desejável. Acrescentou que apesar disso são a favor da aprovação do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação, designadamente por importar coligir, num único diploma, os vários apoios, assim como em ordem a regulamentar os pressupostos, as condições e os procedimentos para a sua atribuição. Disse, todavia, que gostaria, quanto ao que o Regulamento prevê, de deixar uma breve nota, perguntando se não seria contraproducente, do ponto de vista da posição contratual do Município, e na perspetiva da ação social, o que está previsto no artigo 21º, nº 2, da proposta de Regulamento, tendo, de seguida, reproduzindo o texto do seu nº 1, onde se diz que o contrato de arrendamento apoiado, no que concerne à habitação social municipal, é celebrado por dez anos, e o seu nº 2, que prevê que findo o prazo do arrendamento o contrato se renovará, automaticamente, por igual período, o que, segundo referiu, não se encontrando prevista a possibilidade de denúncia, ou de oposição à renovação do contrato por parte do Município, significa, na prática, que o contrato de arrendamento terá um



prazo de vigência mínima de vinte anos. O Senhor Deputado explicou, de seguida, o porquê desta sua chamada de atenção, dizendo que se, por exemplo, no entretanto, aparecer uma família ainda mais carenciada do que a alojada, e inexistir outra habitação social para a acolher, se não seria mais consentâneo com a justiça social clausular a possibilidade de disponibilizar esse alojamento, ao fim daqueles primeiros dez anos, a esses mais carenciados, o que seria possível acaso estivesse prevista a possibilidade de oposição à renovação, ou também, em alternativa, se se estipulasse um contrato inicial de cinco anos, renovável, por uma vez, automaticamente, por mais cinco.

A presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Deputado Manuel Luís Gonçalves. O Deputado referiu que na última Assembleia Municipal, que teve lugar em dezembro e a propósito da discussão do PDSS, tiveram oportunidade de, já na altura, começarem a ver sinais claros de que no município, a curto/médio prazo a tendência do despovoamento começaria a reverter-se, que deveria avançar-se o mais rápido possível, com a parceria com o IRHU para implementar um parque público de habitação a preços acessíveis, mas também logo que houvesse essa oportunidade, autonomizar a matéria da habitação em termos regulamentares. Por isso, viram com agrado a inclusão desse ponto na ordem do dia da Assembleia. Sabem que o direito à habitação é um direito fundamental, está previsto na Constituição da República Portuguesa e, está também, previsto nas normas internacionais de direitos humanos, e sabem que, todos os cidadãos têm o direito de uma habitação adequada, segura e confortável, e que o Estado deve garantir que esse direito seja respeitado. A regulação da coação de apoios no domínio da habitação, que se está a discutir, é, sem dúvida, um marco social fundamental do município. O arrendamento apoiado, que é provavelmente a principal medida que é regulamentada neste documento, é um regime de habitação social que visa garantir o acesso a preços acessíveis para pessoas ou famílias que não têm capacidade financeira para pagar a renda com preços do mercado. E o objetivo deste regime, é garantir que todos tenham acesso a uma habitação adequada, independentemente da sua situação económica. O regime de arrendamento apoiado, tem tido um papel muito importante no acesso da habitação em Portugal, especialmente para famílias com menos recursos financeiros, e, no entanto, que também é verdade que enfrentam desafios, como a escassez de habitações disponíveis, ou mesmo a falta



de investimento na reabilitação urbana. É, provavelmente por isso que, muito recentemente o governo, conhecendo a importância dessa matéria criou o Ministério da Habitação, o qual, como se sabe, tem como Ministra a nossa conterrânea Marina Gonçalves, que apresentou, na semana passada, um pacote de medidas para a habitação, destinadas a aumentar a oferta de imóveis para a habitação, simplificar os processos de licenciamento, aumentar o número de casas disponíveis no mercado, de arrendamento, combater a especulação e proteger as famílias. Mas não há ilusões, as medidas anunciadas terão pouca eficácia se ficarem ao nível da administração central e do IRHU. Os municípios podem e devem ter um papel fundamental, no apoio ao direito à habitação, com a disponibilização de terrenos para construção, com investimentos ou isenções fiscais para a reabilitação urbana, com a alocação de recursos financeiros e a promoção de parcerias, quer com entidades públicas, quer com entidades privadas. Os municípios podem contribuir ativamente para a melhoria do acesso à habitação. Neste ponto, os regulamentos municipais, são uma ferramenta fundamental para garantir o acesso à habitação e o funcionamento adequado, desde logo, estabelecendo os critérios claros para a atribuição das habitações sociais. O regulamento aqui discutido, estabelece critérios claros, transparentes para a atribuição de habitações sociais, como a priorização de famílias em situação de vulnerabilidade ou com baixos rendimentos. Em segundo lugar, através da regularização das rendas; esse regulamento define limites para o valor das rendas em habitações sociais, garantindo que sejam acessíveis para as famílias com poucos recursos. Em terceiro lugar, o plano de tipologia das habitações para as famílias; este regulamento define concretamente a tipologia de habitações consoante o tipo de agregado familiar que dela necessite, estabelecendo aos mesmo tempo condições de flexibilidade que permitem ir ajustando a oferta e disponibilidade de habitação às vicissitudes que possam ir acontecendo nas vidas dos incluídos. Promovendo a fiscalização, o regulamento estabelece mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento das normas estabelecidas como a realização de inspeções periódicas às habitações sociais. Implementando medidas de apoio ao arrendamento e ao crédito à habitação, medida esta que não é nova no regulamento, já estava prevista no regulamento n.º 45 de 2017 que agora é revogado, mas é uma medida eficiente, como disseram na discussão do PDSS, porque é destinada a agradados familiares com baixo rendimento per capita.

Finalmente, estabelecer medidas de incentivo; o regulamento inclui medidas de incentivo para promover a construção e reabilitação das habitações, como é o caso da isenção de taxas municipais e outras receitas de balização e classificação, de modo a estimular a construção e a reabilitação para jovens até aos quarenta anos de idade, habitantes em Melgaço. Estes, em síntese, são os principais fundamentos públicos. O arrendamento apoiado para a habitação está previsto na lei n.º 81 de 2014. Tiveram oportunidade de ver que o regulamento aqui apresentado é bastante extenso e detalhado, Quanto aos objetivos, rendas, prioridades, quanto à duração, porque vai mais longe, pois de acordo com a lei, o contrato de arrendamento apoiado deve ter uma duração mínima de cinco anos e pode ser renovado por períodos sucessivos de igual duração mas, este regulamento prevê uma duração de dez anos com a possibilidade de ser renovável. Quanto à questão da duração, considera estabelecido no regulamento, um mecanismo que permite que, logo que, na sequência das fiscalizações que sejam efetuadas pelo município, não estejam a ser cumpridas as condições que permitam o acesso a esse arrendamento, o município fica com o direito à resolução do contrato. Ele pode ser naturalmente resolvido em determinadas circunstâncias, imputadas ao inquilino, ou pela falta de pagamento de rendas ou pelo uso para um fim a que não se destine. Por isso a bancada do PS entendeu que esse seria um bom regulamento, quer na forma, quer no conteúdo, merecerá o seu voto a favor, e esperam que esse regulamento possa ser a base para o incremento da oferta de habitação em Melgaço, que é fundamental para o estímulo da economia local.

A Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara. Este, depois da intervenção feita pelo deputado Manuel Luís Gonçalves, muito esclarecedora, apenas acrescentou que, têm em mãos o trabalho da estratégia local de habitação, que está a permitir financiamento para ser desenvolvida a intervenção nas dezassete casas sociais. Tem permitido fazer com que aconteça intervenção em algumas casas de pessoas com necessidade de arranjos, e foi trazido na última reunião de câmara, um protocolo que permite à câmara fazer um acompanhamento dessas pessoas, com dificuldades do ponto de vista formal, e portanto, fizeram esse trabalho concertado com o IRHU para que possam ajuda-las nessas intervenções. Mas a estratégia local de habitação, através do financiamento, tem ainda mais ambição para o território e, será o de poderem, nos próximos dois anos, construir

habitação social, numa lógica de reabilitação, poderem acrescentar oferta à habitação social que há, para que, situações que eventualmente possam surgir, tenham resposta rapidamente. Felizmente não há, no município, uma necessidade grande de habitação social, mas, é necessário aumentar a oferta para responder a eventuais situações que aconteçam no território.

Terminada a explicação do Presidente da Câmara e não havendo mais pedidos de intervenção a Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º6	Análise e Deliberação da proposta de protocolo de Fundador entre o Município de Melgaço e a Fundação de Serralves, bem como o compromisso plurianual para pagamento de um donativo no valor de 100.000,00€
--------------	---

O senhor presidente da Câmara introduziu o tema. Referiu que, tal como outros municípios do Minho e do Norte do país, também foram desafiados pela Fundação de Serralves para serem sócios-fundadores. O executivo achou que era uma boa oportunidade, porque liga o município a uma instituição de renome nacional e internacional, uma oportunidade que vai permitir trazer ao longo do ano um conjunto de oferta cultural que até agora não tinham, uma oportunidade acrescida e discutida com a Fundação, porque a Fundação será um parceiro ativo e importante para o tratamento do espólio do município, sobretudo o espólio Jean - Loup Passek. De momento já encetaram a sua catalogação de forma profissional, mas precisarão com certeza, do seu contributo e deixou o compromisso para que sejam um parceiro ativo na área da cultura e concretamente na área do cinema e do espólio Jean - Loup Passek. Um trabalho que pretendem agarrar de forma séria, que tenha um outro momento, que será a criação um espaço adequado, quer para o arquivo municipal, quer para esse espólio, que está de forma transitória num espaço que não é do município. Assim, considera que esse parceiro será fundamental. O que se propõe é o pagamento, tal como os outros municípios, de 25000 euros por ano,

durante quatro anos, nos quais se transformaram em sócios-fundadores e depois a ligação será permanente. Depois de discutido em reunião de câmara e na Assembleia e depois respetiva aprovação, este processo ainda terá que estar sujeito à aprovação do tribunal de contas, e só a partir desse momento, é que poderão ativar essa ligação de sócio fundador.

Pediu que lhe fosse concedida a palavra, o Deputado Augusto Pinto. Cumprimentou a Assembleia, e interveio para dizer que o ano passado, aquando da discussão do orçamento, o próprio orçamento dizia, que era rigoroso, muito exigente. Na altura desse orçamento, o Senhor Deputado referiu que o senhor presidente havia feito algumas escolhas, investido em determinados itens e não noutros. Nesse caso, o Senhor presidente pediu alguns sacrifícios aos senhores Presidentes de Junta, nomeadamente, mais contenção orçamental. Depois de todo esse discurso, atribuem-se agora cem mil euros para um donativo, que o senhor deputado achou que, embora os senhores presidentes de junta votem a favor, concordariam se esse dinheiro ficasse melhor investido no território. Porque a gente não vai ver o retorno que isso vai ter. Não são contra a cultura, muito pelo contrário, uma Fundação como a de Serralves tem uma investigação forte. No entanto, o Deputado desconfia do retorno desse dinheiro.

A presidente da mesa concedeu a palavra ao deputado José Albano Domingues. Nesta sua intervenção o deputado José Albano Domingues começou por dizer que fazia suas as palavras antes dele proferidas pelo deputado da sua bancada, Augusto Pinto. Deu nota de que a Fundação de Serralves foi criada no ano de 1989, sendo o resultado de uma parceria entre o Governo Português, instituições públicas, privadas e particulares. Disse que não questionam a sua importância no contexto da promoção e divulgação da cultura e que também não desprezam a questão cultural, reconhecendo a sua importância na formação do cidadão. Prosseguiu afirmando que ao se votar a atribuição de uma verba de tão assinalável valor à Fundação de Serralves se estava a levar dinheiro para fora do Município, retirando-o, por exemplo, às Juntas de Freguesia (dizendo não perceberem como podem os senhores Presidentes de Junta votar favoravelmente um tal donativo, quando a eles se lhe pede, recorrentemente, contenção e sacrifícios), às associações e agremiações locais, aos cidadãos melgacenses, ao investimento no



concelho, ou aos mais carenciados e desprotegidos, assinalando que 100.000,00 euros é mais do que se tem gasto, anos após ano, com todo o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável no concelho de Melgaço. Lembrou, de seguida, que a Fundação de Serralves está localizada no Parque de Serralves, na cidade do Porto, onde está instalada a Casa e o Parque de Serralves e o Museu de Arte Contemporânea, o que tudo fica demasiadamente longe de Melgaço, e que certamente os Melgacenses não iriam passar a encher autocarros para, desde Melgaço até ao Porto, irem visitar o património, ou as coleções da fundação, sem pagar bilhete. Disse não acreditar que o nosso povo seja consumidor desta filosofia de cultura. Questionou, depois, se não seria melhor promovermos e apoiarmos, mormente através do reforço das verbas, o que é verdadeiramente nosso, de assumir e valorizar, de uma vez por todas, o que temos, em termos culturais, mais próximo de nós. Deu, como exemplo do que negativamente acontece quando se entregam projetos a quem é de fora e não conhece o território, a sua história e cultura, a escultura colocada na Praça Amadeu Abílio Lopes, na Vila de Melgaço, e a enormidade que traduz congregar numa tal peça, segundo se recorda, o caminho-de-ferro (que Melgaço nunca teve), os brincos de Viana, as muralhas de Monção, ou o vinho Deu-la-Deu, marca que também não é nossa. Disse que importa dar a oportunidade aos quadros e colaboradores do Município de demonstrarem o quanto são capazes de fazer mais e melhor do que os demais, e de que devemos criar laços com o slogan "*Quem é Melgacense é capaz*".

A Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, referindo que, definitivamente, não partilham o mesmo conceito de cultura, o que é pena. Não ver apoiado o poder do território, é demagogia. Demagogia porque, e deu um exemplo, surgiram no último mandato, um grupo etnográfico com uma qualidade extraordinária, apoio também da câmara municipal. Apoio para que o grupo tivesse com ele, a pessoa certa, para pensar como se criar um grupo etnográfico. Não se criou um grupo etnográfico, um bocadinho repetindo aquilo que acontece com os grupos etnográficos ligados ao traje de Viana do Castelo. Não, fez-se uma coisa séria. Não se pode dizer que não têm em atenção aquilo que sejam as apetências e as ambições locais, quando se desenvolve, a partir de Melgaço, trabalho de classificação na arte da pesca e das pesqueiras do rio Minho, como património de interesse nacional. Foi a atenção clara daquilo que era o território, que fez com que

isso fosse feito. Não surgiu noutro lado, surgiu em Melgaço, e as pesqueiras não são património exclusivo de Melgaço. Não se pode dizer, que não têm tido atenção à cultura e ao património, quando têm feito e ampliado a intervenção do património contruído no território, como há anos não se fazia, como por exemplo estava a acontecer na igreja de Paderne. Um investimento da Câmara Municipal, de 1 milhão e cem mil euros, e com certeza terão de ir para uma segunda fase. O projeto está praticamente pronto, para uma outra intervenção, de 1 milhão de euros. Portanto, não digam que o município não está atento aquilo que é fundamental no território e a fazer investimento sério. Mas fez também outras coisas, foi capaz de criar produtos inovadores na área da cultura, e que a oposição sempre disse que não fazia qualquer sentido. Um deles foi o Festival do Cinema. Durante anos disseram que não valia nada. Hoje, o Festival coloca o município num patamar de qualidade do ponto de vista cultural, como nenhum outro. Se acham que não vale a pena, é a vossa leitura. Agora, a democracia é representativa e o executivo considerou que fazia sentido continuar a apostar num produto como esse, que posiciona o município muito bem no mundo inteiro. Essa necessidade do crescimento da cultura, nunca foi feito em detrimento de outros investimentos, porque isso é demagogia também. As juntas de freguesia têm sido, como já foi dito, ajudadas de diferentes maneiras pela câmara municipal e continua a fazê-lo. A Branda da Aveleira, foi no fim de semana passado, para além da intervenção que o Presidente Agostinho procurou levar para lá, brindada com um evento, uma ação do chefe João Rodrigues pois disseram ao chefe que era um dos sítios mais adequados para acontecer. E esteve lá imensa gente, que apreciou o momento e trarão mais visitantes no futuro. Assim como Castro Laboreiro, o trabalho que lá está a ser feito, com a requalificação da zona das Veigas e a circular à Vila. Com a criação de condições para que as pessoas tenham acesso à água em Castro Laboreiro, para que a população possa tomar um banho, que era uma exigência, um pedido, há muitos anos, das gentes e dos hoteleiros de Castro Laboreiro. Um investimento brutal. Conjugando esse investimento, acham que devem ter, também, investimento na área da cultura. Um território que não seja capaz de investir na área da cultura, é um território sem futuro. Esta ligação a Serralves será altamente proveitosa para o território e o futuro o dirá, porque trará mais valias, articulando a questão do espólio, como um apoio fundamental da Fundação. Não significa que não requalificarão pessoas do município, aliás



contrataram o ano passado uma pessoa especializada nessa área para estar a trabalhar no espólio, precisando de apoio para a realização desse trabalho. Quando o senhor deputado falou de esculturas, também têm de ter um certo equilíbrio. Mas quando se fala de encomendas de esculturas, e muitas vezes recorrem a pessoas do território e noutras vezes recorrem a gente de fora para realizar esse trabalho. Um exemplo recente foi o cão de Castro Laboreiro. A colocação da escultura evocativa ao cão, na montanha próxima da vila, foi resultante de um projeto que envolvia todos os municípios do Minho, e, com resultados de grande qualidade. Podemos trabalhar com as pessoas da casa e do território, são importantes e dão uma maior alegria, mas também serem capazes de ir buscar fora pessoas que possam ajudar. Se assim não fosse, não teriam feito o percurso dos últimos anos na área do turismo. Não se deve nunca ter essa tendência de, só fazer com o que é nosso. Tem que haver a abertura a influências e colaborações, daqueles que podem trazer enriquecimento para o território. Por exemplo, a escultura icónica da Inês Negra, foi feita por um homem de fora, José Rodrigues, um grande escultor. O Presidente da Câmara concluiu dizendo que, não estavam a tirar nada a ninguém, estavam a fazer uma aposta, mais uma aposta na área da cultura, que irá trazer frutos.

Já após a resposta do senhor Presidente da Câmara às intervenções dos deputados da bancada do PSD, solicitou o uso da palavra o deputado José Albano Esteves Domingues para lembrar que nessa resposta o Presidente da Câmara havia usado a palavra "demagogia", dizer o senhor deputado que não existia demagogia alguma na posição defendida pela sua bancada. Acrescentou que também se absteria de qualificar de demagógico, da parte do senhor Presidente, o estar-se a falar de um donativo para a Fundação de Serralves e aquele, na sua resposta, ter passado a falar dos trilhos pedestres na freguesia de Castro Laboreiro. O deputado José Albano disse ainda que na sua intervenção havia falado, propositadamente, entre outros, das pesqueiras e das brandas, por saber que a Câmara Municipal não tem sido alheia a essa aposta, mas que importa reforçá-la, e para além disso reconhecer e dar o mérito maior aos senhores Presidentes de Junta e aos agentes locais, pois que tem sido eles, e não a Câmara, quem tem estado na linha da frente nesses eventos. Repetiu não serem contra a cultura, antes pelo contrário, mas que a aposta deve ser no que é nosso, que a verba do donativo em questão não deve sair

do território, seja ela alocada às Juntas de Freguesia, aos Melgacenses ou ao reforço das verbas para a cultura local. Lembrou que o Município de Melgaço conseguiu organizar uma exposição, alusiva ao cinema, em Berlim, na Alemanha, com os elogios que na Assembleia havia merecido, e que para tal não precisou da Fundação de Serralves. Finalizou o senhor deputado esta sua intervenção dizendo que contrariamente ao que havia sido dito pelo senhor Presidente da Câmara, a sua bancada, e ele, pessoalmente, continuava a ser contra o festival do cinema, que se pauta, todos os anos, pela vinda de gentes de fora de Melgaço, para tirar umas fotografias, fazer uns documentários, e umas idas aos restaurantes, mas que este projeto não conseguiu, até hoje, captar a atenção e a adesão dos Melgacenses, discórdia que disse assumir com a frontalidade com que sempre assume as escolhas que faz.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 votos contra, do grupo parlamentar do PSD, com apresentação de declaração de voto, de ambas as bancadas parlamentares.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º7	Análise e Deliberação da alteração ao contrato programa com a Melsport e contrato de arrendamento
--------------	--

A senhora Presidente da Mesa concedeu a palavra ao senhor presidente da câmara, para apresentar este ponto da ordem de trabalhos. O senhor Presidente referiu que eram dois os documentos que geriam a relação com a Melsport, o contrato de arrendamento e o contrato programa, com uma atualização de 273 mil euros para que a Melsport pudesse fazer frente, sobretudo este ano, a uma despesa que é o IMI, e que até hoje estava isenta. É um reforço de 240mil para 274 mil euros. A empresa tem investimento feito e tem crescido. Esperam que 2023 continue a ser mais um ano de crescimento, e que, agora com as piscinas renovadas e abertas, esperam que a faturação aumente na empresa.

Pediu a palavra o deputado Pedro Silva. Cumprimentou toda a Assembleia e iniciou a sua intervenção dizendo que a importância que a Melsport tem no concelho, é inegável, e é um investimento significativo de promoção do desporto. Estão perante dois contratos, que todos os anos são trazidos à Assembleia para serem aprovados. Estes dois contratos, como o senhor Presidente afirmou, são necessários para a sustentabilidade do Centro de Estágios. Sem estas verbas, a Melsport não seria sustentável. Parte-se do princípio que, a lógica que está por traz destes contratos, todos sabem qual é. São precisos quase 600 mil euros para equilibrar as contas, para não haver problemas com o Tribunal de Contas, como já houve no passado. Deixou a questão: ao fim de tantos anos não seria a altura de tornar a Melsport mais sustentável? Esta é a solução preguiçosa, que é a mais fácil. Tirar da Câmara 500 mil, 600 mil, 700 mil euros, o que for necessário e cada melgacense, quer use, quer não use o Centro de Estágios, vai ter que comparticipar do orçamento da Câmara, do dinheiro que é de todos os melgacenses, para equilibrar essas contas. A equipa que gere a Melsport, apesar de esse diminuir que tem sido notório nos últimos anos, teria que ter, em termos de gestão, essa visão para equilibrar as contas, tornar esse negócio sustentável e deixar de onerar os melgacenses com uma verba desta relevância e que daqui a três ou quatro anos seja um milhão de euros do que se esta a falar.

A Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que apenas disse que o trabalho que está a ser feito é, no sentido de serem cada vez mais autónomos e menos dependentes. É esse o trabalho que está a ser feito e a missão é que a empresa, aumentando a sua atividade, como está a aumentar, possa ter uma capacidade de se autofinanciar maior do que aquela que tinha no passado.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções, do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º8	Análise e deliberação da Revisão Orçamental n.º 1/2023
---------------------	---

A senhora Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para apresentar o assunto. O senhor Presidente da Câmara, disse que têm, ao nível da CIM, condições para poderem lançar, finalmente, o concurso de transportes para todo o território do Alto Minho. Esse concurso tem a aprovação e o parecer favorável da AMT para que possa ser lançado. Como os municípios não consideraram isso no orçamento, porque não sabiam quando haveria condições para lançar o respetivo concurso, foi agora trazida essa alteração, introduzindo a despesa prevista para este ano e também a respetiva receita.

Pediu a palavra o deputado Manuel Rodrigues. Disse que, este assunto já estava a ser tratado há bastante tempo, portanto, ao longo dos vários mandatos, tem sucedido várias alterações orçamentais, o que demonstra alguma falta de planeamento. O senhor presidente referiu, que não sabia quando iam lançar o concurso, mas também, nos vários orçamentos, são lançadas e orçamentadas obras, candidaturas, que não se sabe quando serão realizadas e, no entanto, aparecem no orçamento.

O senhor Presidente respondeu dizendo que, no limite, poderiam ter isto já incluído no orçamento. Não tinham era, a noção temporal exata, de quando o concurso iria ser lançado, nem tinham os valores plurianuais para introduzir no orçamento.

Pediu a palavra o Deputado Vítor Cardadeiro. Questionou se os transportes previstos continuavam a ser, quer fosse de S. Gregório, de Penso ou da montanha, um por dia, com regresso ao fim do dia.

O senhor Presidente da Câmara respondeu que aquilo que se fez com todos os municípios e com a equipa da CIM, foi procurar perceber qual a resposta necessária para o município. Essa resposta foi desenhada, inclui as carreiras públicas clássicas, mas inclui também um conjunto de outras opções de transporte, onde se incluem os taxistas. A estrutura de resposta de transporte municipal será um pouco diferente daquela que agora existe. Mas esse concurso, tem também em si a estrutura de transporte intermunicipal incluída, não só a municipal. E tem uma intenção, que é a de lançar o concurso, e iniciado esse processo, fazer-se uma



avaliação ao fim de três anos, para se perceberem as correções necessárias a essa rede de transportes que agora é construída, para que haja as respetivas afinações, quer no transporte municipal, quer no intermunicipal.

Segundo o deputado Vítor Cardadeiro essa discussão vem desde o seu tempo de vereador. As pessoas, dada a idade, muitas delas não têm condições de estar todo o dia na vila. Esses transportes municipais, na sua opinião, deveriam ter um regresso de manhã e uma vinda à tarde e outro regresso à tarde. E assim, estariam a servir muito mais pessoas, porque as pessoas vão fazer o quê todo o dia na vila? Acabam por recorrer a um táxi para ir embora. Considerou uma pena, essa oportunidade de reestruturar os transportes no município, que não forcem e não tentem fazê-lo duas vezes ao dia. Iria ser mais útil, o retorno seria maior, do que aquilo que se paga.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Mesa passou à votação deste ponto da ordem de trabalhos, sendo aprovado por maioria, com 9 abstenções, do grupo parlamentar do PSD.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Senhora Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, que foi aprovada por unanimidade.

Assunto n.º9	Intervenção do Público
---------------------	-------------------------------

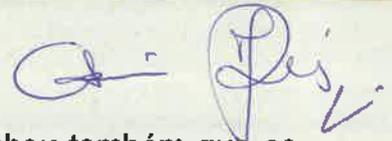
No último assunto da ordem do dia, intervenção do público, pediram a palavra Paula Fernandes e Jorge Ribeiro.

A presidente da Mesa concedeu a palavra `Senhora Paula Fernandes. A sua intervenção prendeu-se com a construção de habitações em Alvaredo, pelo que veio em defesa das pessoas dessa freguesia. Referiu que as seis pessoas que estiveram presentes na reunião realizada em Alvaredo, para esclarecimento do projeto, não estavam contra, estavam simplesmente a dizer que não concordavam com o modelo que estava a ser apresentado. Não concordam com a construção de 56 fogos, juntos pois consideram demasiado. Referiu ainda que os presidentes de junta estavam todos caladinhos, mas se fosse para as suas freguesias também não concordariam. Não estão contra os emigrantes e se alguém disse essa frase, a senhora Paula Fernandes, não ouviu. Aliás, está casada com um emigrante e ninguém está contra



eles. Simplesmente, entendem que 56 fogos correspondem muita gente, e irá atrair problemas sociais, sejam emigrantes ou não. Pediu desculpa por intervir, por não perceber nada disto, mas veio à Assembleia defender as pessoas, porque elas estavam a dizer aquilo que pensavam e depois do que ouviu na assembleia, nada do que elas disseram foi posto em consideração, como sugestões lá faladas e que ninguém falou delas na assembleia. Só pedem que o processo seja revisto, que as habitações sejam menos. Entendem que 10, 12 habitações são suficientes, que Alvaredo não está despovoado, há gente, há muitas pessoas que investiram em habitações, e comparativamente a outras freguesias do concelho, não está despovoado. Dizem que é para dar apoio à Zona Empresarial. É muito bonito, disse a senhora Paula Fernandes, que também ela se desloca todos os dias para a Vila. Ponham transportes, táxis, não quer saber disso, pois também ninguém a ajuda nem lhe dão subsídio para vir para a Vila. Entende, por isso, que a essas pessoas também poderão vir, e muito bem, não têm que lhe dar tudo de mão beijada. É a sua opinião e a de muita gente, porque embora venha todos os dias, a câmara nunca lhe deu nada, ou algum tipo de subsídio. Os emigrantes também foram para França e ninguém lhes deu nada. Viveram em barracas e como podiam. Deve-se ajudar, mas com regras. Foi a sua opinião, a das 6 pessoas que se manifestaram na dita reunião de esclarecimento, e a das que não falaram porque se sentiram oprimidas, se calhar todos sabem porquê. Também havia lá realmente duas pessoas que entraram a favor, mas quando saíram, se calhar não iam com a mesma opinião. O senhor Presidente falou de que as pessoas concordam com ele, e que lhe disseram para seguir em frente. Mas a senhora Paula Fernandes acha que ninguém lhe diz na cara que não siga em frente. Toda a gente lhe diz que sim, que faz muito bem. Ela diz na Assembleia, porque, segundo ela, toda a gente pensa que é a má da fita. Não é uma questão política, não esteve a representar nenhum partido, esteve a falar por ela e pela população de Alvaredo.

Em seguida interveio o senhor Jorge Ribeiro. Cumprimentou toda a Assembleia e referiu que o tema que o levou à Assembleia também foi Alvaredo, sendo ele orgulhoso freguês da referida freguesia e não querendo substituir o presidente de junta e amigo, que muito bem representa a freguesia, entendeu que por forma a haver articulação, é sempre importante, e é isso que sempre tem sido feito, inclusive na reunião que se realizou. Teve oportunidade de estar presente



nessa reunião, e acima de tudo ouvir. A determinada altura, achou também que os ânimos estavam um bocado exaltados, e fez uma intervenção no sentido de apelar à serenidade e do esclarecimento que aquele momento devia proporcionar para todos, e também não concordou com algumas coisas que foram ali ditas, relativamente ao senhor presidente de junta, ao senhor presidente da Câmara e fez questão de o deixar presente no sentido em que, ninguém está a agir de má fé, ninguém está a desenvolver aquele projeto, que é mau para a freguesia, para prejudicar a freguesia, nem com interesses pessoais. Quem defende aquele projeto, entendeu que é o melhor para ali, para o município, para a freguesia, quem defende o contrário, entende que há uma solução melhor para ali, principalmente para a freguesia, e, neste caso, foi pessoal de Alvaredo. Não concorda que se desvalorize a opinião das pessoas que se encontravam na reunião. E, tendo, eventualmente, um barómetro melhor do que o do senhor presidente, pois está lá todos os dias, convive com as pessoas, e de certeza que o senhor presidente da junta também concorda, não há, de facto, uma maioria das pessoas a favor de qualquer forma, a qualquer custo, do desenvolvimento desse projeto. Não se pode entrar num discurso fácil, e dizer que todos são a favor. Nem resulta esse discurso para resolver os problemas. É preciso falar daquilo que preocupa as pessoas. E o que está em questão, é que a perceção que existia em Alvaredo, e é isto que queria chamar a atenção, de uma parte das pessoas, poderão não ser todas, mas uma parte significativa de pessoas, é que deram um bocadinho deles em prol do município. A expropriação de um terreno para implantar um equipamento de utilidade municipal, é uma atitude violenta, é algo que é imposto, imposto pela força, nesse caso, pela força da lei. As pessoas têm que abdicar de dos seus terrenos, terrenos que estão na família há gerações, que eventualmente podem ter projetos para eles em prol do bem comum. Mas que não lhe é permitido, é imposto e tem que aceitar isso. E tem que perceber a diferença de legitimidade de quem fala destas coisas, que passou por esse processo, da diferença da legitimidade de alguém que passa lá de carro, com os vidros fechados e o ar condicionado ligado. Por isso não pode concordar quando alguém diz que o principal é o projeto, a opinião das pessoas é acessória. Isso foi dito na Assembleia, e preocupa-o e até desafiou essas pessoas para irem a Alvaredo à próxima reunião dizer isso. Dito isto, e o que importa perceber é que, é importante pensar, e quando diz da importância de não desvalorizar aquilo que são as opiniões das populações, e

senhor presidente, se houve palavras mal ditas, se eventualmente, pessoas de Alvaredo disseram coisas que não deviam ter sido ditas, era lá que o devia ter referido, se lhe permite esse reparo. Mas isso é um pormenor, que não quis deixar de notar. Era importante também ouvir as pessoas, e perceber, que contributos é que essas pessoas, que vivem lá, podiam trazer para esse projeto, e, sendo para o melhorar, e é essa a postura com que se deve ir para essas reuniões e não com um ar paternalista de que as pessoas estão enganadas, mas no fim elas vão ver que o caminho é esse. É preciso ouvir as pessoas e tentar apanhar os seus contributos. Dito isso, e perante esse sentido da população de Alvaredo, é preciso pensar de que forma esses projetos, estas pessoas precisam de ser compensadas ou Alvaredo precisa de ser compensado por isso. O projeto que foi apresentado, e considerou que era importante nesse momento, se lhe permite a sugestão, a próxima vez ser feito, explicar às pessoas que esse investimento, independentemente da bondade que traga por trás, não corre o risco de se transformar num bairro social. E não vamos aqui falar em xenofobias, a questão não é essa. A questão é que a sua mãe, com 80 anos, vive em Alvaredo, vai para o campo, e deixa a porta aberta. Porque ela sabe que a vizinha é a senhora Maria e o senhor António. E as pessoas sentem que esse projeto, eventualmente, pode por isso em risco. É legítimo, e as pessoas tem que ser sossegadas, é preciso perceber como é que se lhes vai explicar que não tem que ter esse temor. Porque as coisas não vão ser assim. E para isso, e pensa que é aí que também não se focaram, é olhar para o protocolo. Existe um protocolo, assinado em 30 de novembro, em reunião de câmara municipal, que nomeadamente, salvo erro na sua clausula 6.ª alínea e, diz que o município pode intervir na forma como são seleccionadas as pessoas e como são atribuídas as casas. E é aí que o município, juntamente com outras coisas, pode sossegar as pessoas. Depois há outras coisas que podem dizer, este projeto é assim, mas vai ter uma zona verde, Alvaredo, que é uma freguesia pujante, tem juventude, tem equipas, eventualmente, um ringue de futebol. Está a sugerir, não está a sobrepor-se ao presidente de junta, são apenas ideias. O gás natural, pois o senhor presidente disse que irão ter na Zona Industrial, vai ser possível alargar a rede a Alvaredo? Vai haver zonas verdes nessa nova área que vai crescer, está ali previsto um espaço para equipamentos comerciais? Parece-lhe que é com este tipo de discursos e contributos que tem que se sossegar as pessoas, não desvalorizando

aquilo que são as suas opiniões, tentar captar as suas sugestões, não entrar nesse discurso perigoso de que é um pormenor acessório que dizem meia dúzia de pessoas. Não, na Assembleia não falaram meia dúzia de pessoas senhor presidente, as seis pessoas que falaram são representativas, nesta Assembleia não falaram meia dúzia e já passaram quatro horas. Não se pode desvalorizar, ter em atenção que é o pensar das populações, é preciso sossega-las e perceber e respeitar a legitimidade daquelas pessoas.

A senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelo público presente.

O senhor Presidente disse que, relativamente à reunião que aconteceu em Alvaredo, não referiu que desvalorizava a opinião das pessoas. Aliás, o que disse no final da reunião, foi que, estariam completamente abertos a continuar a conversar. Houve intervenções, e o senhor Provedor Jorge Ribeiro, teve uma delas, que foram sensatas, do ponto de vista da abordagem ao projeto. Houve um conjunto de intervenções durante toda a sessão, que não foram de todo sensatas. Na altura, teve oportunidade de dizer, não de forma tão extensa, mas foi capaz de fazer notar que não eram argumentos pertinentes aquilo que estava a ser dito reiteradamente por um conjunto de pessoas. Perante a atitude de 2 ou 3 pessoas, e estão algumas pessoas na Assembleia, que também estiveram na sessão de Alvaredo, não houve conversa possível, nem condições para transmitir algumas das mensagens que iriam ser feitas. A questão da segurança, se o projeto diz, que têm habitação para famílias, sejam elas de Melgaço ou de fora de Melgaço, essa questão da segurança, deve ser relativizada. Nós vivemos num município seguro, no entanto, tem acontecido constrangimentos, com certeza, mesmo em sítios sem projetos deste género, em que a segurança não existe, por exemplo, assaltos às casas. Ou seja, com a população que temos, com a estrutura de habitação que temos, essas coisas já acontecem. Não se pode pensar que uma habitação dessas, a ser ocupada por pessoas que vêm trabalhar, sejam ali, naquele espaço urbano, tendencialmente ladrões. A questão da segurança coloca-se sempre. Mas, não pode colocar-se ali, de forma específica. Quanto à questão da qualidade do espaço, num projeto desses, a qualidade do espaço urbano será devidamente acautelada. Não se irá construir um conjunto de habitações sem espaço urbano. Terá zonas verdes e zonas que podem

ser ocupadas com pequenos negócios. Também nessa sessão se disse, que estariam disponíveis para rever o modelo do projeto. Mas não podem fazer revisão em baixa, com a expressão que foi dita na Assembleia pela senhora Paula Fernandes, de se construírem 10 ou 12 casas. É impossível fazer essa revisão em baixa, isso é tentar deitar fora uma hipótese de investimento mais séria, que com essa construção de 12 casas não existe. Têm de ser capazes de levar a cabo um grande projeto, de grande qualidade. A questão da relação entre Alvaredo e o núcleo urbano da Vila. Isso acontecerá sempre, já hoje acontece. As pessoas que ali irão viver, naturalmente, terão relação com o espaço urbano. Não estão a desvalorizar, estão para ouvir, perceber, gerir e ser capazes de fazer o que é importante para que o projeto seja bom para a freguesia. Ouvirão as pessoas, ouvirão o senhor presidente da junta, conversarão, mas, têm que tomar decisões nessas matérias, senão não se anda a fazer nada.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram treze horas e quinze minutos, foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Assembleia; da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves

Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves
Presidente

Catarina Aurora Rodrigues Mira

Catarina Aurora Rodrigues Mira
1.ª Secretária da Mesa da Assembleia

António Nabeiro

António Nabeiro
2.º Secretário da Mesa da Assembleia

**DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO
QUANTO AO ASSUNTO Nº "6" DA "ORDEM DE TRABALHOS" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE
25/02/2023**

**("Análise e deliberação da proposta de protocolo de Fundador entre o Município de Melgaço e a
Fundação de Serralves, bem como o compromisso plurianual para pagamento do donativo no valor de
100.000,00 €")**

Os eleitos do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Melgaço não questionam o papel e a importância da Fundação de Serralves, no contexto da divulgação e da promoção da cultura no território nacional.

Pretendem, igualmente, deixar bem vincado que não menosprezam, ou minorizam, a questão cultural, enquanto somatório de costumes, de tradições e de valores, antes a valorizando, reconhecendo a sua crucial importância na formação de cada cidadão, de cada ser humano.

Importa, porém, ter a exata noção de que em discussão, e deliberação, estava a proposta de atribuição de um donativo no valor de 100.000,00 Euros a tal Fundação, o que é muito dinheiro, mais a mais para Melgaço, que tem poucos recursos e grande dificuldade em gerar receitas próprias.

Importa, ter, também, presente que ao se votar favoravelmente este donativo se está a retirar uma verba de montante tão assinalável do Município de Melgaço, desviando-a, por exemplo:

a)- das Juntas de Freguesia, às quais, recorrentemente, se pede contenção e sacrifícios, alegando que o dinheiro não chega para tudo, quando são reconhecidamente as Juntas de Freguesia que, pelo seu papel de proximidade, melhor posicionadas estão para satisfazer as reais necessidades das populações;

b)- das associações e agremiações locais, que fazem um trabalho tão árduo quanto meritório no fomento da prática associativa, recreativa, desportiva e cultural;

c)- dos cidadãos melgacenses, aos quais o Executivo PS optou por não fixar, pela taxa mínima (como o PSD defendia), o imposto municipal para imóveis (antiga "décima" ou contribuição autárquica"), aos quais o Executivo PS decidiu agravar esse imposto para as construções que qualificou como degradadas, aos quais se não devolveu esse valor por via da restituição, parcial, do imposto de IRS que anualmente nós, residentes, pagamos.

d)- do investimento, de que tanto carece o concelho de Melgaço;

e)- ou dos mais carenciados e desprotegidos, através da possibilidade de reforço das verbas atribuíveis para necessidades tão prementes e básicas como o são a alimentação, os medicamentos, os consumos energéticos, ou a habitação.

Para se ter a verdadeira noção do que estamos a falar repare-se que 100.000,00 €uros é mais do que se tem gastado, em Melgaço, anos após ano, com todo o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável, um plano que tem a pretensão de ser um documento estrutural e transversal na execução das políticas de fixação da população, do seu rejuvenescimento e da solidariedade social, e que abarca áreas e medidas tão distintas quanto o são os incentivos à natalidade/adoção, os apoios no domínio da saúde, os apoios ao arrendamento, ao crédito à habitação e aos casais jovens, e a atribuição de auxílios económicos.

Para se ter a verdadeira noção do que estamos a falar repare-se que 100.000,00 €uros é, por exemplo, muito mais do dobro do valor que o Executivo PS propôs que fosse atribuído, para o corrente ano de 2023, ao Sport Clube Melgacense, que é tão só uma das agremiações mais antigas do concelho e um polo aglutinador e dinamizador da prática desportiva local, desde os escalões da formação até às equipas seniores, congregando 141 atletas, e sendo considerado, mercê das várias modalidades praticadas, um clube eclético.

E tudo isto (donativo de uma tal ordem de valores pela Câmara de Melgaço), repare-se, em tempos de crise, de dificuldades da mais variada ordem ou natureza, de epidemias, de guerras, de catástrofes naturais, de aumentos generalizados dos preços, de taxas de inflação históricas, da subida galopante das taxas de juro dos empréstimos à habitação.

A verdade é que a Fundação de Serralves está localizada no Parque de Serralves, na cidade do Porto, demasiadamente longe de Melgaço.

A verdade é que a Fundação de Serralves já é dotada de património, de verbas e de meios excepcionais, de muitos e muitos milhões de euros. Para quê sermos financiadores de quem tem muitíssimo mais do que nós?

Dizer, por outro lado, que Melgaço não irá ter qualquer verdadeiro retorno deste donativo de 100.000,00 €uros. Que contrapartidas nos podem ser dadas e de que o Executivo PS não falou?

O senhor Presidente da Câmara ainda tentou arregimentar argumentos para justificar uma tal doação, alegando que a Fundação de Serralves pode constituir uma mais-valia no que concerne ao espólio doado ao Município pelo cinéfilo Jean-Loup Passek e ao Museu do Cinema. Mas não nos podemos esquecer que um tal espólio e o Museu do Cinema

existem em Melgaço desde há quase 20 anos a esta parte (concretamente desde 2005), e nunca precisou da Fundação de Serralves para nascer, para crescer e para existir.

Nem o Município de Melgaço precisou de Serralves para, ainda muito recentemente, organizar e levar até à cidade de Berlim, na Alemanha, e com sucesso, uma exposição baseada no legado do referido cinéfilo.

Defendemos, acerrimamente, a promoção e o apoio da cultura que é verdadeiramente nossa, sejam as verandas e inverneiras, as pesqueiras, os trajes, os desfiles e cortejos etnográficos, os ranchos folclóricos, as nossas músicas e danças, os provérbios, o compêndio dos termos linguísticos próprios e específicos a região, o património imaterial na sua generalidade.

Devemos, de uma vez por todas, assumir e valorizar o que é nosso, fazer uma verdadeira aposta na “prata da casa”.

Devemos abandonar essa ideia, ilusória, enganadora, de que o melhor para o território é trazer (“aportar”) conhecimento de fora.

Devemos dar a oportunidade aos quadros do Município, aos colaboradores da Câmara Municipal, de demonstrarem o quanto são capazes de fazer mais e melhor do que os demais.

Não duvidemos de que mesmo que não soubessem, ainda, fazer, os colaboradores do Município são pessoas habilitadas e perfeitamente capazes de aprender, de estudar, de viajar (até ao Porto e a Serralves se for caso disso), de analisarem, de auscultarem, de solicitarem informações, de trocarem experiências, e de adquirirem competências.

Vamos, de uma vez por todas, assumir e criar laços com o slogan “Quem é Melgacense é capaz”.

Os deputados do PSD assumem, pois, frontalmente, ser contra o donativo de 100.000,00 €uros à Fundação de Serralves, e é pelas razões expostas que o seu sentido de voto não poderia ser outro que não um claro “contra”.

Os eleitos do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Melgaço.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

**Assunto n.º 6 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2023:
"Análise e deliberação proposta de Protocolo de Fundador entre o Município de
Melgaço e a Fundação de Serralves, bem como o compromisso plurianual para
pagamento de um donativo no valor de 100.000,00 €"**

A Fundação de Serralves é uma das instituições culturais mais importantes de Portugal, com um papel crucial na promoção e difusão da arte e cultura contemporânea em todo o país. A sua coleção permanente inclui obras de artistas nacionais e internacionais, e o museu é palco de diversas exposições temporárias ao longo do ano, o que faz com que seja uma referência no panorama cultural português.

Por ser uma instituição de grande importância no contexto nacional, o estatuto de Fundador de Serralves é uma oportunidade única para o Município de Melgaço contribuir para a promoção da cultura e das artes em Portugal.

Este estatuto não só irá garantir ao nosso município uma maior visibilidade a nível nacional e internacional, mas também irá permitir o acesso a várias vantagens e benefícios, tais como a possibilidade de aceder a um vasto conjunto de atividades culturais, bem como o acesso privilegiado a exposições e eventos exclusivos.

Além disso, a contribuição financeira para a Fundação de Serralves irá também permitir que a instituição continue a desenvolver e a promover a cultura e a arte contemporânea, apoiando assim o desenvolvimento cultural do país como um todo.

Não é por acaso que o Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves integra dezenas de municípios e outras relevantes instituições, públicas e privadas, do nosso país.

Com efeito, a atribuição do estatuto de Fundador ao Município de Melgaço irá certamente contribuir para estabelecer laços mais fortes com outras comunidades e organizações culturais, através de novas parcerias e projetos colaborativos que podem beneficiar os municípios e instituições envolvidas.

Além disso, permitirá reforçar a responsabilidade social corporativa, melhorando a imagem do município e atraindo novos investimentos e talentos para a área cultural.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

Segundo Mahatma Gandhi, *"A cultura é o tecido que une uma sociedade, criando uma sensação de identidade coletiva"*. É por defendermos que a identidade coletiva de Melgaço é maior que apenas o território do nosso município e que a cultura, enquanto expressão elevada da sociedade, deve ser preservada e incentivada, que votamos a favor desta iniciativa.

Melgaço, 25 de fevereiro de 2023

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista